

mercado de trabalho

conjuntura e análise

| NOVEMBRO 2008 |

37

Governo Federal

**Ministro de Estado Extraordinário de
Assuntos Estratégicos** – Roberto Mangabeira Unger

Secretaria de Assuntos Estratégicos

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Administração e Finanças

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos Macroeconômicos

João Sicsú

Diretor de Estudos Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Diretora de Estudos Regionais e Urbanos

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos Setoriais

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Mário Lisboa Theodoro

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação

Estanislau Maria de Freitas Júnior

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

mercado de trabalho conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável

Lauro Ramos

Equipe

Carlos Henrique Leite Corseuil

Rosangela Cavaleri

Luana Moreira de Souza Furtado

Julio Castro Alves de Lima e Silva – estagiário

Alex de Oliveira Corrêa – estagiário

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ipea ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

AGRADECIMENTOS

Ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao IBGE, à Fundação Seade e ao Dieese por cederem os dados necessários à elaboração deste boletim.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	V
ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO	1
NOTAS TÉCNICAS	7
PNAD 2007: O ESTADO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	9
Lauro Ramos Rosângela Cavaleri Luana Furtado	
A DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS DO TRABALHO SEGUNDO A PNAD DE 2007	15
Fábio Monteiro Vaz	
DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS POR SEXO E RAÇA SEGUNDO A PNAD DE 2007	21
Fábio Monteiro Vaz	
JUVENTUDE E TRABALHO: ALGUNS ASPECTOS DO CENÁRIO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO	25
Carla Coelho de Andrade	
O TRABALHO INFANTIL NA PNAD 2007	31
Francisco Sadeck	
A EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO EM 2007	35
Rosângela Cavaleri	
FONTES DE EXPANSÃO DO EMPREGO FORMAL	39
Carlos Henrique L. Corseuil Rodrigo L. Moura Lauro Ramos	
ANEXO ESTATÍSTICO	43

APRESENTAÇÃO

A deterioração do cenário econômico internacional e seus inevitáveis reflexos no ambiente interno têm ocupado o centro do debate e preocupações a respeito do desempenho da economia nos tempos recentes. Não obstante a existência de sinais claros de desaceleração do crescimento econômico, os resultados mais contemporâneos da Pesquisa Mensal do Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE) a respeito do funcionamento do mercado de trabalho metropolitano ainda não traduzem a gravidade da situação. O ritmo de expansão da ocupação vem se mantendo em níveis elevados, a taxa de desemprego segue em níveis bastante inferiores aos dos meses correspondentes em 2007, e os rendimentos reais médios, em que pese a pequena queda do último mês de outubro, ainda estão em patamares superiores aos do ano passado.

Parece razoável esperar que o fator sazonal favorável associado ao ciclo de produção e comercialização com vistas às festas de final de ano possa manter esse quadro nos meses de novembro e dezembro, mas o seu encerramento trará uma configuração bem mais complicada para o mercado de trabalho. Indícios neste sentido já vêm se manifestando, como, por exemplo, a diminuição da geração de postos formais detectada no Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged/MTE), tornando preocupantes as perspectivas para o início do próximo ano.

Além da tradicional análise do comportamento do mercado de trabalho metropolitano, este número de *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* procura explorar em detalhes os resultados recém-divulgados para 2007 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a Pnad, também do IBGE. Para tanto, apresenta-se aqui um conjunto de sete notas técnicas de autoria de pesquisadores do Ipea e colaboradores. Inicia este conjunto uma nota de referência, que serve como uma espécie de âncora para toda a discussão que segue: aborda a evolução dos principais indicadores do mercado de trabalho, tais como desemprego, informalidade e rendimentos, tendo como foco seu comportamento entre 2006 e 2007. As demais notas podem ser agrupadas em três grandes temas: *i)* desigualdade de rendimentos; *ii)* inserção do jovem no mercado de trabalho; e *iii)* a evolução positiva dos indicadores de ocupação. Para cada um destes três grupos tem-se uma nota que descreve de forma mais abrangente as grandes tendências do respectivo tema, e outra que destaca um aspecto mais específico da matéria. As notas específicas enfocam, respectivamente, os diferenciais de rendimentos por sexo e raça, a questão do trabalho infantil, e a evolução do emprego formal. Esta última foge ao padrão das demais ao fazer uso da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do MTE, em função da conveniência de utilizar informações organizadas por estabelecimento (registros administrativos) em vez de dados organizados por indivíduos e domicílios, presentes na Pnad.

Por fim, é importante assinalar que este volume de *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* marca a retomada da parceria do Ipea com o MTE na elaboração do periódico, parceria esta que esteve presente tanto por ocasião de sua criação quanto na quase totalidade dos seus 13 anos de existência.

NOTAS TÉCNICAS

PNAD 2007: O ESTADO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Lauro Ramos
Rosângela Cavaleri
Luana Furtado

A DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS DO TRABALHO SEGUNDO A PNAD DE 2007

Fábio Monteiro Vaz

DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS POR SEXO E RAÇA SEGUNDO A PNAD DE 2007

Fábio Monteiro Vaz

JUVENTUDE E TRABALHO: ALGUNS ASPECTOS DO CENÁRIO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Carla Coelho de Andrade

O TRABALHO INFANTIL NA PNAD 2007

Francisco Sadeck

A EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO EM 2007

Rosângela Cavaleri

FONTES DE EXPANSÃO DO EMPREGO FORMAL

Carlos Henrique L. Corseuil
Rodrigo L. Moura
Lauro Ramos

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

INTRODUÇÃO

Esta seção tem por finalidade apresentar uma breve análise do panorama conjuntural do mercado de trabalho brasileiro durante o período de julho a outubro do ano de 2008, assim como fazer um contraste com os principais indicadores no curto prazo (quadrimestre imediatamente anterior), com base nos dados divulgados pela Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE). Além disso, com o intuito de oferecer um horizonte mais amplo e amenizar a influência de fatores sazonais, procedeu-se também a uma comparação com o mesmo período quadrimestral de 2007, muitas vezes denominada aqui de comparação na base anual.

Em primeiro lugar, ao se observar a capacidade do mercado de trabalho de gerar empregos, o crescimento do nível de ocupação no intervalo de tempo em foco foi de 2,0% em relação ao quadrimestre anterior. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, observa-se um crescimento de 3,8% no número de postos de trabalho. No âmbito regional merece ser destacado que todas as regiões metropolitanas (RMs) mostraram forte crescimento do nível de ocupação —¹ exceto a região de Salvador, cujo crescimento permaneceu praticamente estável no período (0,3%).

A distribuição do nível de ocupação no âmbito setorial aponta para um crescimento, na comparação de base anual, nos setores de outros serviços (5,8%),² de intermediações financeiras (5,0%),³ da indústria (4,7%),⁴ da construção (4,6%), e da administração pública (4,5%)⁵ como os principais responsáveis pelo desempenho positivo da ocupação no período, todos acima da média de 3,8%.⁶ Os segmentos de comércio⁷ (1,9%) e outras atividades⁸ (0,4%), acompanhando a recuperação do nível de atividade econômica, igualmente apresentam aumentos. Na contramão deste movimento figura o setor de serviços domésticos, único a apontar para uma diminuição no número de trabalhadores (-2,0%).

1. Os destaques do período foram as regiões de São Paulo, com crescimento de 5,0%, Porto Alegre, com 4,8%, e Belo Horizonte, que obteve um acréscimo de 4,5%. As regiões de Recife e Rio de Janeiro experimentaram crescimento de 3,3% e 2,1%, respectivamente, na comparação.

2. Este agrupamento abrange as atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

3. Nesse agrupamento, além da atividade de intermediações financeiras, estão incluídas serviços prestados a empresas, aluguéis, e atividades imobiliárias.

4. O agrupamento abrange as atividades de indústria extrativa e de transformação, e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

5. Esse agrupamento inclui as atividades de administração pública, educação, saúde, serviços sociais, defesa e seguridade social.

6. Variação quadrimestral (meses de julho a outubro de 2007 em comparação com os meses de março a junho do mesmo ano) da população ocupada total.

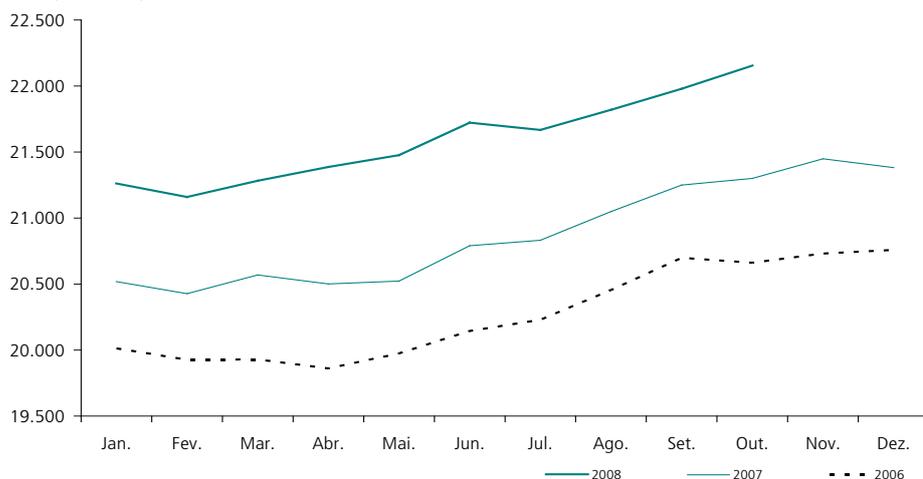
7. Nesse agrupamento estão inseridos comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos, e comércio a varejo de combustíveis.

8. Essa categoria abrange as atividades de agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

GRÁFICO 1

Nível de ocupação metropolitana

(Em milhares)



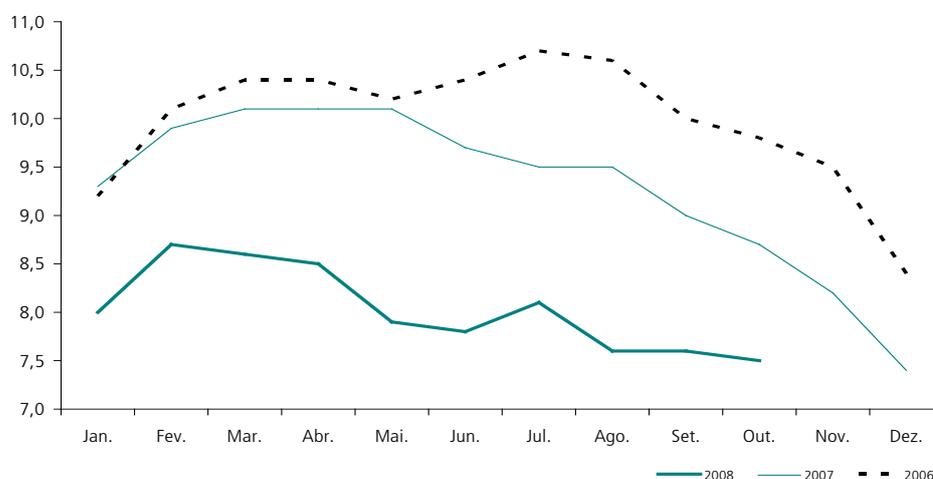
Fonte: PME/IBGE.

No que diz respeito à taxa de desemprego, os dados mostram uma retração de 8,2% para 7,7%, numa comparação de curto prazo. O gráfico 2 mostra que o movimento de queda é ainda mais forte na comparação com a média do mesmo quadrimestre de 2007, quando o patamar desta taxa era de 9,2% – , o que representa uma diminuição de 1,5 ponto percentual (p.p.). Este movimento de queda na taxa de desemprego é confirmado pela Pesquisa de Emprego e Desemprego do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (PED/Dieese), por meio da qual obteve-se uma queda de 1,1 p.p. na taxa de desemprego aberta quando realizada a comparação de base anual. Também vale destacar que, no período, a taxa de atividade não apresentou alteração, atingindo nos meses de 2008 o mesmo percentual de 2007 (57,3%), o que permite afirmar que a queda na taxa de desemprego foi decorrente do vigor com que vem se processando o crescimento do número de ocupados.

GRÁFICO 2

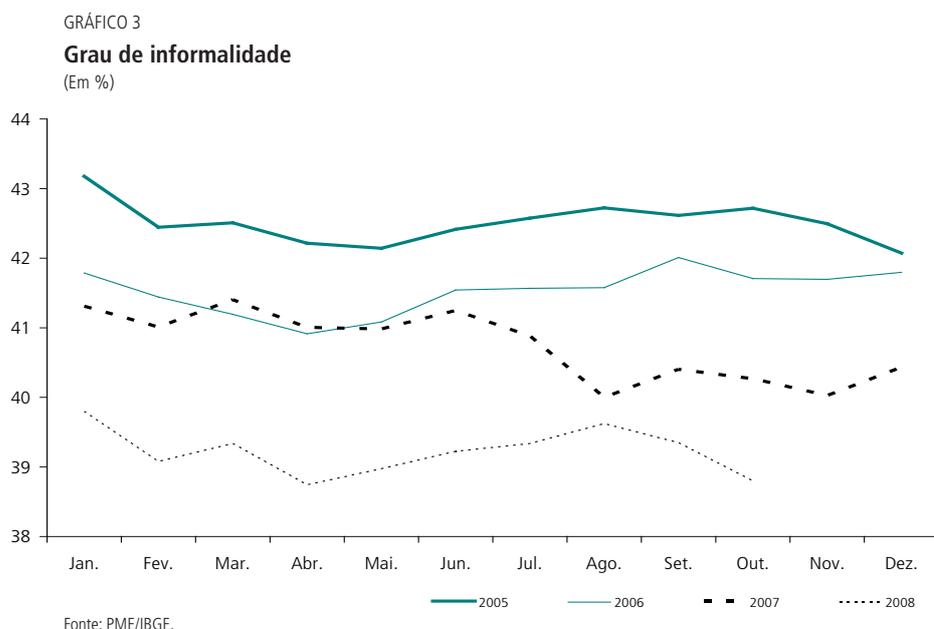
Taxa de desemprego

(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

Outro aspecto que merece acompanhamento é o que diz respeito às formas de inserção da população no mercado de trabalho. Verifica-se que no curto prazo o grau de informalidade⁹ passa de 39,1% para 39,3%, o que representa uma elevação de 0,2 p.p., ou um acréscimo de 2,6% no período. Mesmo tendo se mostrado em crescimento durante alguns meses do ano de 2008, a taxa de informalidade ainda se encontra em patamares inferiores àqueles apresentados na comparação anual, quando se registravam 40,4%. A par disso, tal elevação no grau de informalidade nos meses intermediários do ano não deve ser considerada como atípica, pois, como pode ser visualizado no gráfico 3, não foge das tendências que ocorrem neste período do ano para 2005 e 2006.



Entre os componentes dos segmentos formais e informais da população ocupada, cabe sublinhar o desempenho dos assalariados, tanto com carteira como sem carteira assinada. Tendo, por um lado, o ritmo de crescimento anual do primeiro grupo se desacelerado bruscamente no decorrer do segundo semestre de 2008, ao se compararem as médias referentes aos meses de março a junho de 2008 com a sua base anual nota-se um crescimento de 8,8%. Contudo, a comparação análoga para os meses de julho a outubro, por sua vez, registra um crescimento de 5,9%. Por outro lado, no segundo grupo observa-se uma reversão no desempenho. Enquanto a comparação entre os meses de março a junho apontava uma queda de 3,1%, a comparação envolvendo os quadrimestres subsequentes registra elevação de 1,3%.

Por fim, no tocante à trajetória dos rendimentos reais, verifica-se, conforme demonstrado no gráfico 4, que esta, segundo a PME/IBGE, vem apresentando aumento nos meses de julho a setembro e um leve recuo no mês de outubro.

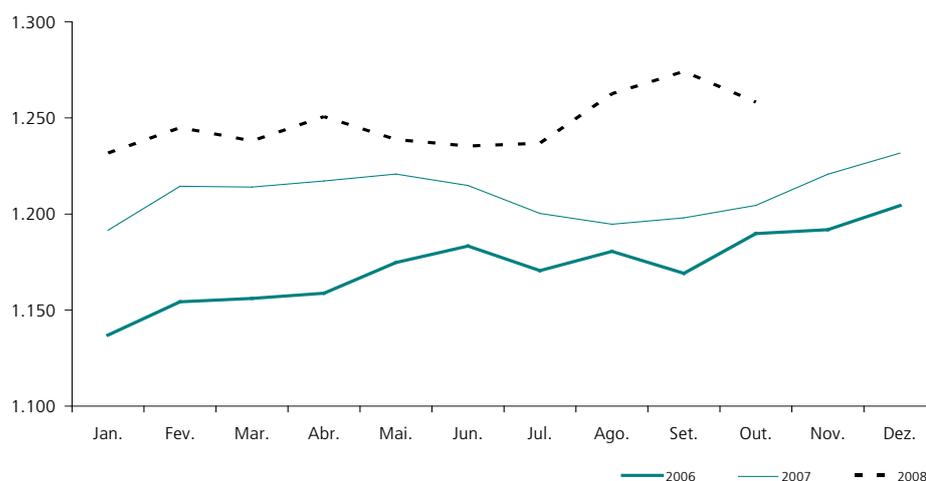
Segundo a mesma pesquisa, o rendimento da população ocupada no período em análise de 2008 apresentou um aumento de 3,8% quando comparado com o quadrimestre imediatamente anterior. Na comparação do mesmo período de 2007, entretanto, tem-se um crescimento mais expressivo (12,3%) nos rendimentos médios reais do conjunto dos trabalhadores.

8. A informalidade na análise é composta pelos trabalhadores sem carteira assinada, conta-própria, e não remunerados.

GRÁFICO 4

Rendimento real da população ocupada habitualmente recebido

(Em R\$ de setembro de 2008)



Fonte: PME/IBGE.

A evolução dos rendimentos no último ano é particularmente interessante para os trabalhadores que se declararam conta-própria, e para os empregados do setor público que obtiveram crescimento superior à média registrada para a população ocupada na comparação de base anual – crescimento de 13,8% e 14,5%, respectivamente. Já no âmbito do setor privado, por sua vez, verifica-se um crescimento de 10,7% para os trabalhadores sem carteira assinada, e de 10,2% para os trabalhadores com carteira assinada.

Ao analisar o comportamento dos rendimentos reais habitualmente recebidos, observa-se que, ao se comparar a média do último quadrimestre com o mesmo período de 2007, todas as RMs apresentaram ganhos em seus rendimentos. Vale ressaltar o desempenho das regiões metropolitanas de Salvador e do Rio de Janeiro, com acréscimos de 16,9% e 15,6%, respectivamente, nesta comparação.¹⁰

10. A região de Belo Horizonte (13,1%) obteve uma variação superior à das seis regiões pesquisadas (12,3%). Ao contrário, as regiões de São Paulo (11,0%), Porto Alegre (8,2%) e Recife (4,5%) apresentaram um crescimento inferior à média do período.

NOTAS TÉCNICAS

PNAD 2007: O ESTADO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Lauro Ramos
Rosângela Cavaleri
Luana Furtado

A DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS DO TRABALHO SEGUNDO A PNAD DE 2007

Fábio Monteiro Vaz

DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS POR SEXO E RAÇA SEGUNDO A PNAD DE 2007

Fábio Monteiro Vaz

JUVENTUDE E TRABALHO: ALGUNS ASPECTOS DO CENÁRIO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Carla Coelho de Andrade

O TRABALHO INFANTIL NA PNAD 2007

Francisco Sadeck

A EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO EM 2007

Rosângela Cavaleri

FONTES DE EXPANSÃO DO EMPREGO FORMAL

Carlos Henrique L. Corseuil
Rodrigo L. Moura
Lauro Ramos

PNAD 2007: O ESTADO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Lauro Ramos*

Rosangela Cavaleri**

Luana Furtado**

O foco desta nota é a apresentação de um panorama geral do comportamento do mercado de trabalho brasileiro em 2007, com base nos dados recém-divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE), procurando referenciá-lo no contexto do desempenho ao longo da década.¹ Cabe esclarecer de início que as definições de ocupação e desocupação utilizadas são ligeiramente diferentes das adotadas pelo IBGE, na medida em que procuramos privilegiar as formas de inserção mais concretas no mercado.²

A população em idade ativa (PIA), em 2007, foi de 156,9 milhões. Deste total, cerca de 59% (92,7 milhões) eram economicamente ativas (PEA) e, conseqüentemente, estavam inseridas no mercado de trabalho. Ao comparar os dados de 2007 com os de 2001, pode-se observar que a PIA teve uma variação de 13,0% (18 milhões de pessoas acima de 10 anos de idade), enquanto a PEA variou 15,3% (12,3 milhões).

Um ponto a ser destacado é que a população ocupada em 2007 manteve o crescimento observado ao longo do período em análise, mas apresentou uma desaceleração em comparação aos anos imediatamente anteriores. De fato, o gráfico 1, que apresenta uma comparação entre as taxas de crescimento do nível de ocupação e da população em idade ativa, deixa claro que em geral a expansão dos postos de trabalho tem sido superior ao crescimento da PIA.³ A exceção até então havia sido o ano de 2003, e agora o de 2007, nos quais as duas taxas foram virtualmente idênticas: na marca de 2%. Embora ainda seja uma expansão da ocupação satisfatória, a redução do ritmo suscita alguma preocupação em relação ao futuro, principalmente quando levadas em conta as dificuldades ora presentes no cenário econômico doméstico e externo.

Antes de examinar em mais detalhes esse arrefecimento, apresentam-se alguns resultados sobre a composição do emprego por gênero, escolaridade e setor de atividade na década. Ao confrontar os dados do ano de 2007 contra os de 2001, constata-se que o nível de ocupação total apresentou uma variação de 16,8%. A desagregação da população ocupada por gênero permite revelar que tanto homens quanto mulheres apresentaram variações positivas – 12,9% e 22,8%, respectivamente. Ao verificar a participação das mulheres no mercado de trabalho

* Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

** Bolsistas do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional.

1. Vários pontos aqui levantados são objeto de análise mais detalhada nas demais notas técnicas deste volume.

2. Ocupação: são classificados como ocupados na semana de referência os indivíduos que nela exerceram trabalho remunerado, ou os que exerceram trabalho não remunerado nesta semana durante pelo menos quinze horas, e ainda os que possuem trabalho remunerado do qual estão temporariamente afastados. Não são considerados aqui como ocupados os indivíduos que exerceram trabalho para o próprio consumo ou construção na semana de referência.

3. Esse crescimento é ditado pelo padrão demográfico. As pequenas variações observadas se devem ao caráter amostral da pesquisa.

ao longo período, nota-se que esta teve um acréscimo de 2,0 pontos percentuais (p.p.), passando de 39,4% em 2001 para 41,4% em 2007, o que vem a confirmar a evolução da participação feminina no mercado de trabalho – a variação absoluta da população ocupada feminina durante o período em estudo foi de 6,5 milhões.

Em relação à composição da força de trabalho por escolaridade, há indícios de que houve algum viés favorável à demanda por mão-de-obra qualificada nos últimos anos: o grupo de trabalhadores com 11 ou mais anos de estudo completos foi o que mais cresceu no contingente de ocupados, com uma variação um pouco acima de 60%, na comparação entre valores de 2001 e 2007. Em contrapartida, os trabalhadores menos escolarizados vêm perdendo espaço no total de ocupados – a queda para aqueles com escolaridade inferior a 4 anos completos de estudos foi superior a 20%. O gráfico 2 ilustra esta mudança na composição por meio da evolução da participação destes dois grupos na ocupação total.

GRÁFICO 1

Crescimento ocupacional em relação ao crescimento da PIA

(Em percentual)

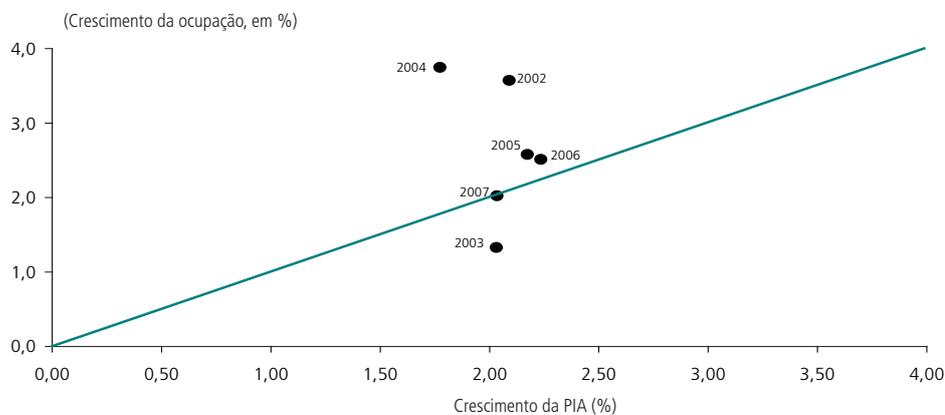
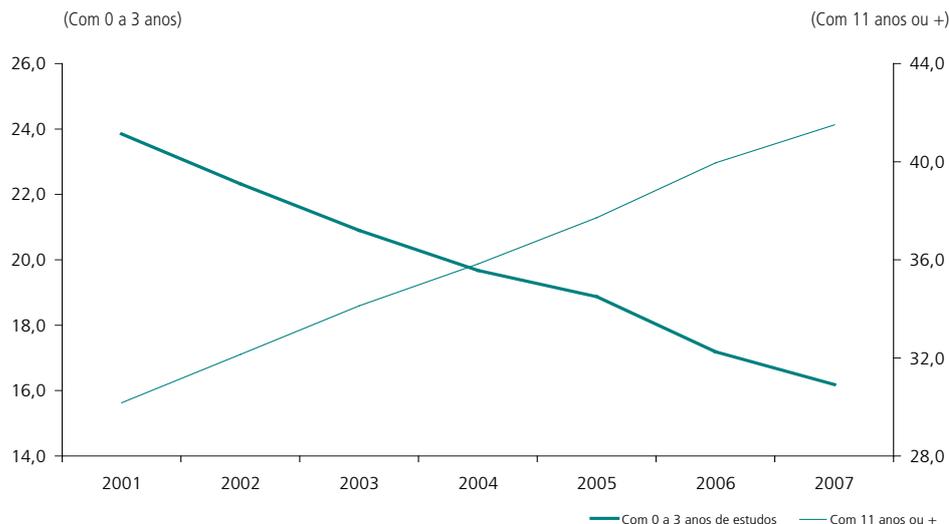


GRÁFICO 2

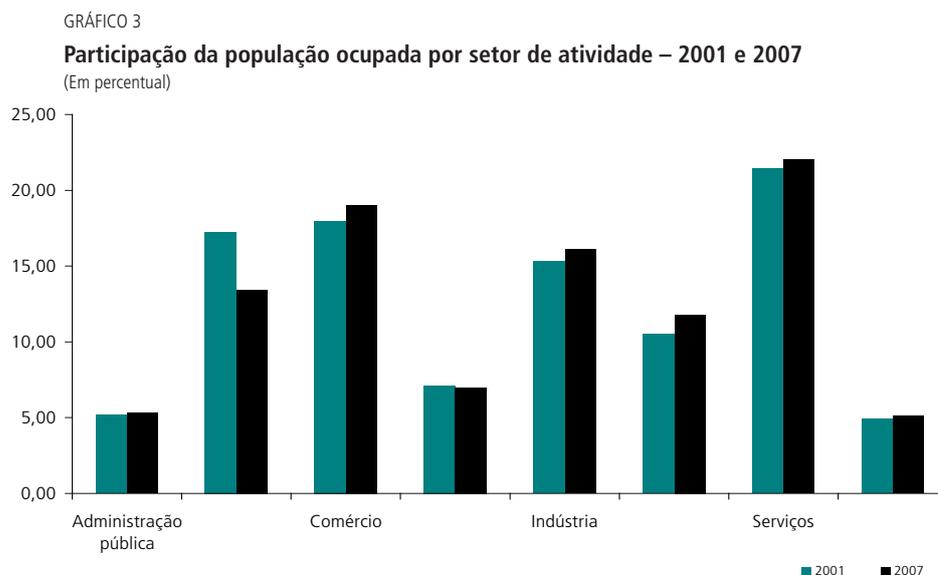
Pessoas ocupadas por ano de estudo

(Em percentual)



No que tange à distribuição setorial da população ocupada, o confronto entre valores de 2007 e 2001 remetem ao fato de que praticamente todos os setores de atividade considerados

aumentaram o seu nível de ocupação, à exceção do setor agrícola, o único a apresentar desempenho negativo (-8,9%). Entre os demais setores que apresentaram crescimento no período em estudo, apenas a construção civil apresentou variação inferior à média nacional (14,7%). Para os demais setores a variação se deu da seguinte forma: administração pública, 19,3%, serviços, 20,0%, transportes, 21,7%, indústria, 22,7%, comércio 23,6%, e outras atividades, 30,7%. A participação dos trabalhadores de cada setor no total de ocupados em 2001 e em 2007 pode ser visualizada no gráfico 3, onde fica evidente a queda no nível do emprego agrícola – a sua participação na ocupação total diminuiu quase 4 p.p., passando de 17,25% em 2001 para 13,45% no ano passado.



Ao se examinar a evolução da ocupação entre 2006 e 2007, chama atenção o fato de que a variação nos postos de trabalho ditos protegidos (assalariamento com carteira, estatutários e militares) foi maior do que a variação do total de ocupados (1,6 milhões e 2,1 milhões, respectivamente). Uma consequência disto foi a queda do grau de informalidade,⁴ que em 2007 ficou em 50,9%, o menor nível da década.⁵ Na verdade, conforme pode ser verificado no gráfico 4, o grau de informalidade vem declinando desde 2001, em boa medida devido às reduções observadas nas áreas não-metropolitanas, embora apresente valores menores para as regiões metropolitanas. Estas apresentaram reduções apreciáveis na informalidade nos dois últimos anos, o que permitiu uma pequena aceleração no ritmo de redução do grau de informalidade no plano nacional.

Os dados do comportamento ao longo da década evidenciam um crescimento acentuado da população ocupada protegida, que apresentou um crescimento de 9,2 milhões de postos de trabalho (31,8%) entre 2001 e 2007, aumentando sua participação no total de ocupados em pouco mais de 5 p.p., e ampliando a diferença com relação aos informais (gráfico 5).

4. O grau de informalidade aqui utilizado é definido como a razão entre trabalhadores sem carteira, conta-própria e não remunerados sobre o total de ocupados => trabalhadores sem carteira + conta-própria + não remunerados / trabalhadores sem carteira + conta-própria + não remunerados + protegidos + empregadores.

5. A queda não foi mais pronunciada devido à forte retração do número de empregadores (cerca de 547 mil), que não foram computados no cálculo do grau de informalidade.

GRÁFICO 4

Evolução do grau de informalidade – 2001-2007

(Em percentual)

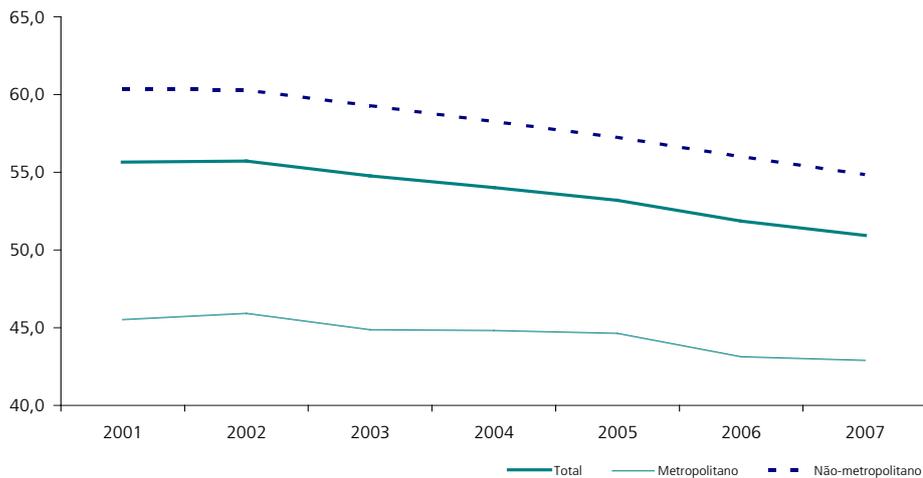
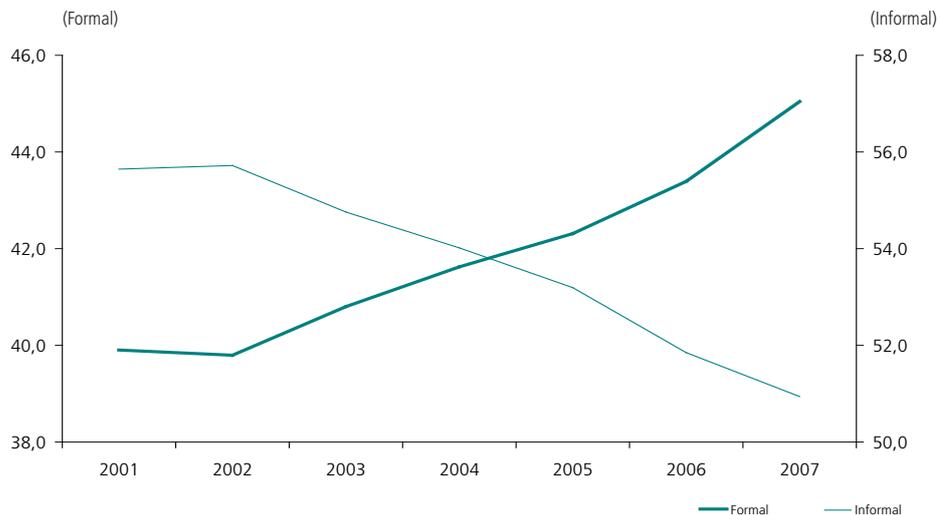


GRÁFICO 5

Percentual dos empregos formais e das ocupações informais

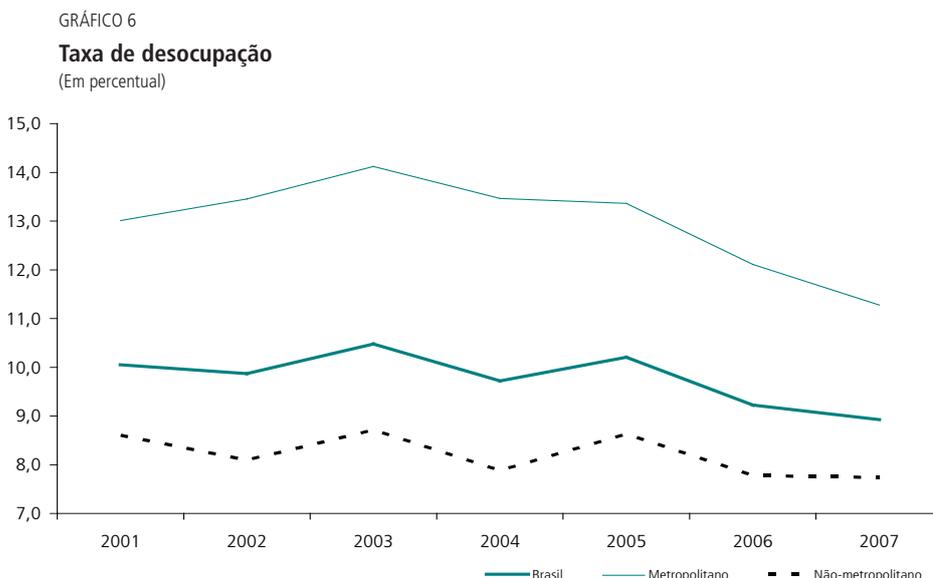
(Em percentual)



A taxa de desemprego, ou taxa de desocupação,⁶ por sua vez, atingiu em 2007 o menor valor da década: 8,9%. Além de mostrar sua oscilação em torno de 10% durante a maior parte do período, o gráfico 6 indica ainda que o mínimo observado também é registrado nesse ano quando se procede à desagregação por áreas (metropolitana vis-à-vis não-metropolitana). A par disso, houve também um estreitamento do hiato entre elas – de 4,4 p.p. em 2001 para 3,6 p.p. no último ano.

Em termos de regiões geográficas, a região Sul não só apresentou o menor valor em 2007 (6,5%), como também foi ali que se verificou a segunda maior queda no período, que chegou a 0,8 p.p. A maior redução se deu na região Sudeste (1,9 p.p.), que atingiu 9,4% no ano passado. O Norte e o Nordeste até então tanto apresentaram as maiores taxas em 2007 como também as menores reduções de 2001. Tais constatações são indicativas de que as disparidades na dinâmica dos mercados de trabalho regionais podem ter aumentado.

6. Proporção de pessoas desocupadas no total de pessoas economicamente ativas.



O rendimento real médio de todos os trabalhos em 2007 correspondeu ao maior valor desde 2001 e, vale destacar, todas as categorias de posição na ocupação obtiveram ganhos reais tanto em relação a 2006 quanto a 2001. O gráfico 7 mostra que nos últimos anos os rendimentos reais vêm apresentando uma trajetória de recuperação, após reduções expressivas no início da década.

O conjunto de informações aqui apresentadas deixa claro que o desempenho do mercado em 2007 foi bastante satisfatório, dando prosseguimento à trajetória de recuperação iniciada em 2004, de forma a atingir seu melhor momento na década: menor taxa de desemprego, maior nível de ocupação, menor grau de informalidade, maior patamar de rendimentos reais, entre outros indicadores. Não obstante, a redução no ritmo de expansão do emprego, bem como as indicações de manutenção e até de ampliação de disparidades regionais, a par do viés na estrutura da demanda em favor da mão-de-obra mais qualificada, são dados preocupantes e que devem ocupar lugar de destaque na agenda de pesquisa sobre mercado de trabalho no Brasil no futuro próximo.



A DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS DO TRABALHO SEGUNDO A PNAD DE 2007

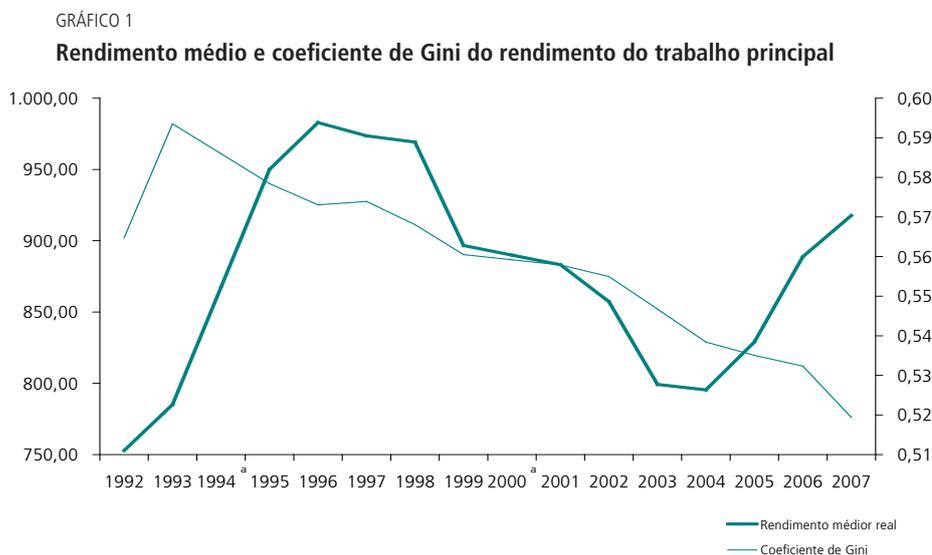
Fábio Monteiro Vaz*

1 INTRODUÇÃO

Desde 2004, quando a economia brasileira iniciou o atual ciclo de expansão, os dados do mercado de trabalho brasileiro apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE) têm surpreendido os economistas de forma positiva. Esta surpresa tem fundamento: afinal, há muito tempo não se observava um quadro tão favorável, com crescimento dos rendimentos reais, expansão dos empregos formais, diminuição das desigualdades e de discriminações de todos os tipos. No que se refere ao ano de 2007, aqui em foco, a tendência não foi diferente. Com o crescimento de 5,4% da economia brasileira, os dados da Pnad de 2007 continuaram apontando para uma série de evoluções positivas no que concerne ao mercado de trabalho. Esta nota tem por objetivo analisar especificamente a desigualdade de rendimentos do trabalho a partir dos dados da Pnad.

2 EVOLUÇÃO GERAL

De acordo com os dados da Pnad, a desigualdade de rendimentos do trabalho continuou diminuindo em 2007 (gráfico 1). O coeficiente de Gini do rendimento do trabalho principal caiu de 0,5323 em 2006 para 0,5194 em 2007, atingindo o menor patamar no período compreendido entre 1992 e 2007. Em termos percentuais, a redução foi de 2,4%, o que configurou uma importante aceleração do processo de queda da desigualdade verificado nos últimos anos.



Fonte: Pnad/IBGE. Pessoas ocupadas com rendimentos. Reais de setembro de 2007.

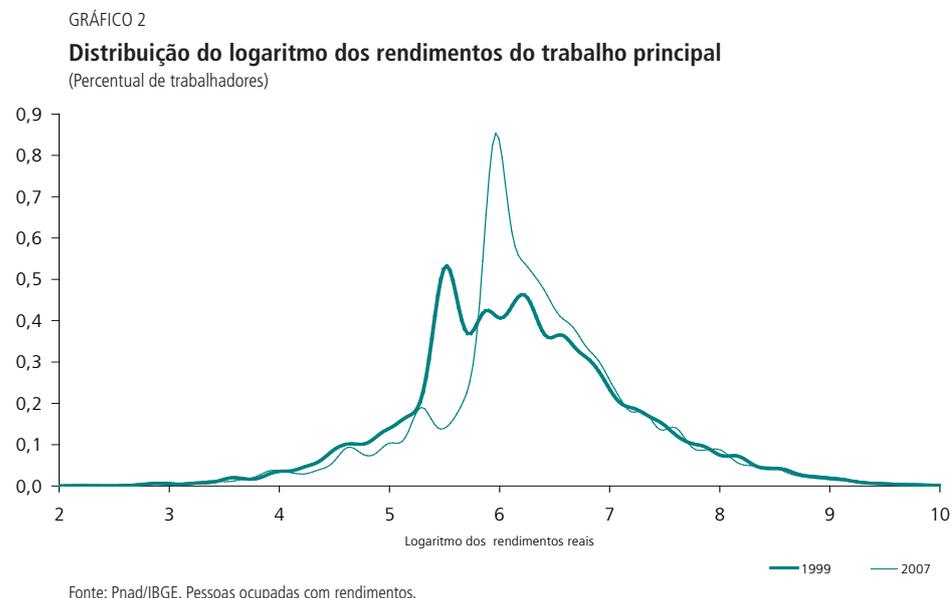
^aA Pnad não foi a campo nos anos de 1994 e 2000. De 1992 a 2003 a Pnad exclui a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

1. O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade que assume valores entre 0 (zero) e 1 (um). Quanto mais próximo de zero, mais igualitária é a distribuição de renda; quanto mais próximo de um, mais concentrada é a distribuição de renda.

A par da queda da desigualdade, houve ainda um crescimento de 3,3% dos rendimentos do trabalho em 2007. Em termos percentuais, esta variação do rendimento médio foi também bastante similar à variação do salário mínimo, que apresentou um crescimento de 3,6% no mesmo período. Isto representou uma interrupção em uma série de 10 anos de variações do salário mínimo (SM) muito acima das variações do salário médio.² Mais além, no que se refere aos determinantes da desigualdade dos rendimentos do trabalho, significou que, pela primeira vez em dez anos, a política de salário mínimo não atuou como elemento principal no processo de atenuação das desigualdades do mercado de trabalho.

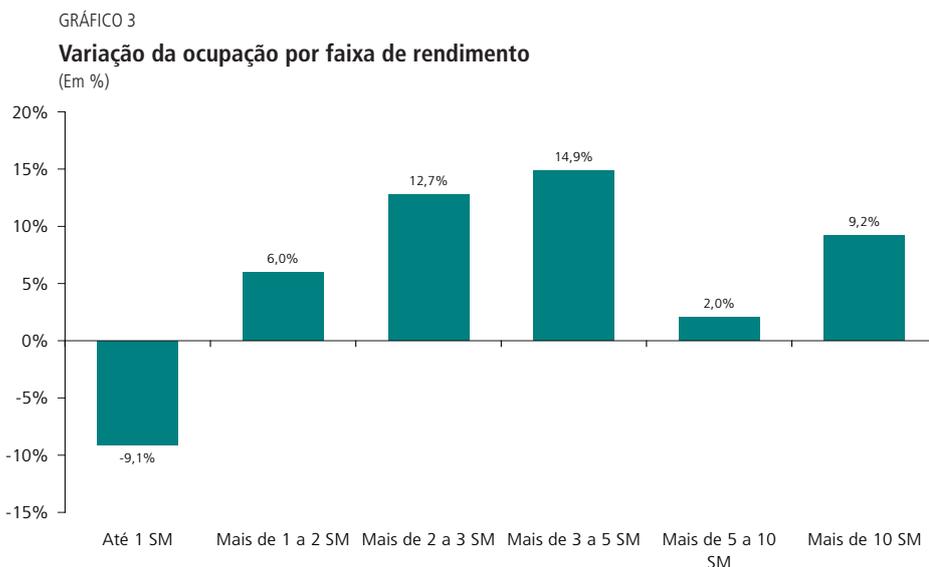
O gráfico 2 mostra o efeito que aumentos reais do SM acima da variação dos rendimentos médios provoca sobre a distribuição de rendimentos do trabalho. Enquanto o rendimento médio aumentou apenas 2,4% entre 1999 e 2007, a variação real do SM foi de 57,9% no mesmo período. Com isto, observou-se um claro achatamento da distribuição de rendimentos provocado pelo aumento do poder de barganha induzido pela legislação entre as pessoas com baixos rendimentos. Isto mostra que o salário mínimo contribuiu de maneira decisiva para a diminuição da desigualdade de rendimentos entre 1996 e 2006.



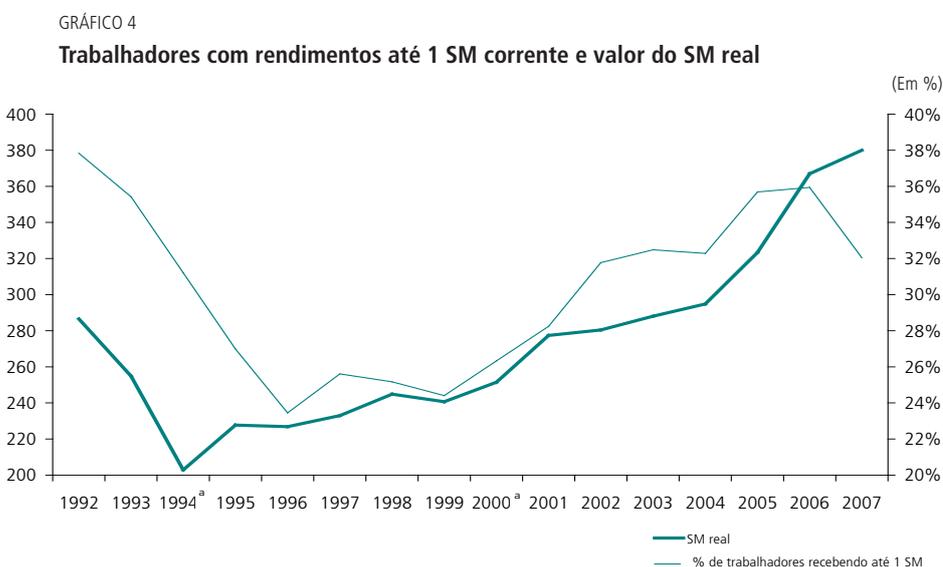
Entre 2006 e 2007, no entanto, o salário médio e o salário mínimo tiveram variações bem semelhantes. Isto significa que o achatamento da distribuição de rendimentos disposto no gráfico 2 não apresentou intensidade semelhante àquele ocorrido nos anos anteriores. Ainda assim, observou-se uma queda considerável do coeficiente de Gini dos rendimentos do trabalho, queda esta muito maior do que a registrada nos últimos dez anos.

O gráfico 3 mostra a variação da ocupação por faixa de rendimento. Conforme se verifica ali, as ocupações que mais cresceram foram aquelas concentradas na faixa de 3 a 5 SMs. As ocupações com rendimentos até 1 SM, por sua vez, experimentaram redução de 9,1% – a primeira redução observada desde 1998. Com isto, o percentual de trabalhadores com rendimentos até 1 SM diminuiu de 35,9% para 32% (gráfico 4). Tais fatos mostram que a política de salário mínimo em 2007 teve uma contribuição menor do que em anos anteriores para a diminuição da desigualdade.

2. Enquanto o salário mínimo real aumentou 61,8% entre 1996 e 2006, o rendimento médio do trabalho caiu 9,6% no mesmo período.



Fonte: Pnad/IBGE. Pessoas ocupadas com rendimentos.



Fonte: Pnad/IBGE. Pessoas ocupadas com rendimentos. Reais de setembro de 2007.

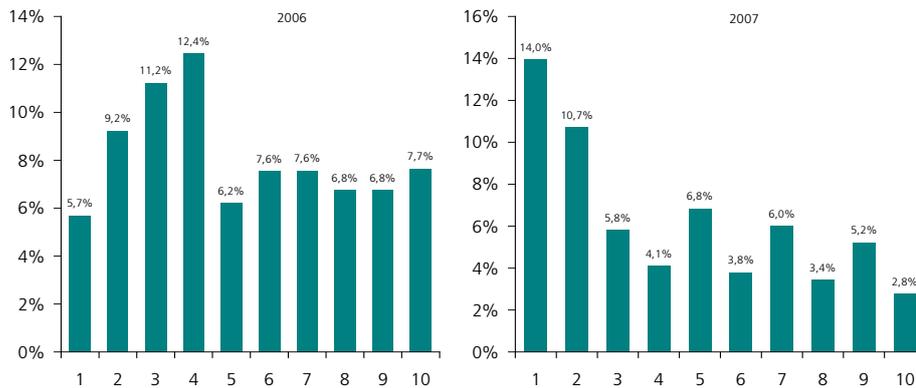
^aA Pnad não foi a campo nos anos de 1994 e 2000. De 1992 a 2003 a Pnad exclui a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O gráfico 5 mostra a variação dos rendimentos por décimos da distribuição de rendimentos do trabalho.³ De acordo com o gráfico, todos os grupos de trabalhadores tiveram incremento de renda em 2007. Os grupos de trabalhadores que obtiveram os maiores ganhos foram justamente aqueles de menor rendimento, com destaque para os dois primeiros décimos da distribuição, enquanto os menores ganhos ficaram para os trabalhadores com maiores rendimentos, situados no 10o décimo – os únicos a terem incremento de renda abaixo da média. Este padrão de variação da renda foi ligeiramente diferente daquele observado em 2006, quando as variações de renda foram maiores para os trabalhadores situados nos 3o e 4o décimos da distribuição. O padrão também explica por que a queda do coeficiente de Gini em 2007 foi muito maior do que aquela detectada em 2006.

3. Cada décimo contém 10% dos trabalhadores, ordenados daqueles com menor rendimento (1o décimo) para aqueles com maior rendimento (10o décimo).

GRÁFICO 5

Varição da renda real do trabalho principal por décimos da distribuição de rendimentos (Em %)

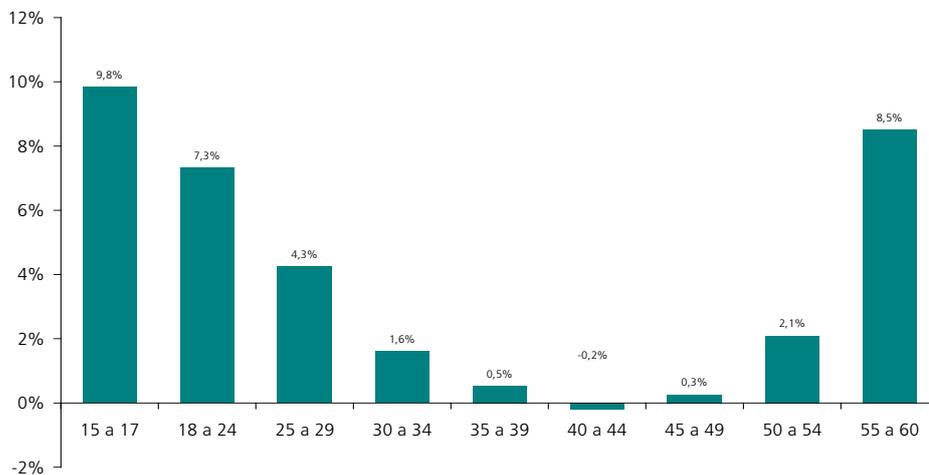


Fonte: Pnad/IBGE. Pessoas ocupadas com rendimentos.

A análise dos rendimentos por faixa etária e nível de instrução (gráficos 6 e 7, respectivamente) reflete a constatação anterior de que os trabalhadores com menor rendimento foram aqueles que alcançaram os maiores incrementos de renda em 2007. De fato, tanto os trabalhadores mais jovens quanto aqueles com 55 anos ou mais obtiveram crescimento de renda acima da média. No que se refere ao nível de instrução, o crescimento de renda dos trabalhadores foi maior para aqueles com menos de 8 anos de estudo, e negativo para os que possuíam 12 ou mais anos de estudo.

GRÁFICO 6

Varição dos rendimentos reais por faixa etária (Em %)

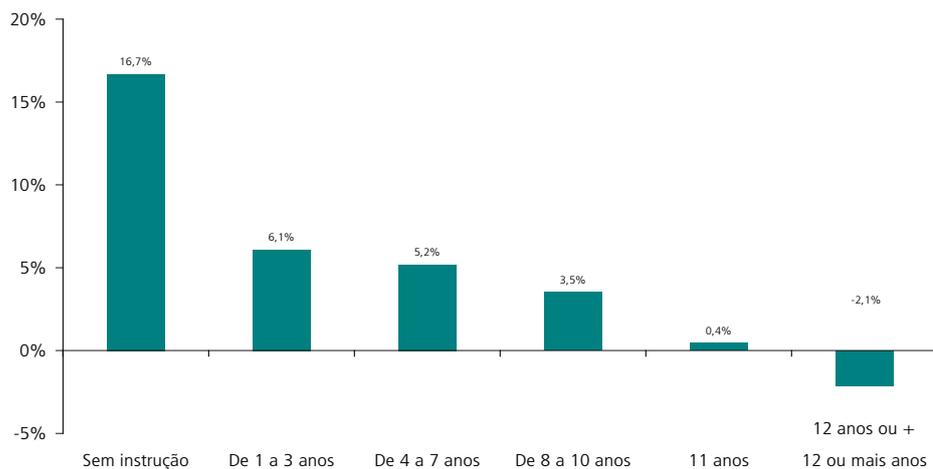


Fonte: Pnad/IBGE. Pessoas ocupadas com rendimentos.

GRÁFICO 7

Varição dos rendimentos reais por nível de instrução

(Em %)



Fonte: Pnad/IBGE. Pessoas ocupadas com rendimentos.

3 CONCLUSÃO

A Pnad de 2007 mostrou uma aceleração do processo de redução da desigualdade de rendimentos do trabalho nos últimos anos, acompanhado por um aumento de 3,3% da renda do trabalho. Entre os trabalhadores mais beneficiados deste crescimento estiveram justamente aqueles com menores rendimentos, em particular os mais jovens, os trabalhadores com 55 anos ou mais, e os menos escolarizados.

Mais do que evidenciar uma queda na desigualdade, os dados da Pnad mostraram também que, pela primeira vez em 10 anos, a política de salário mínimo não atuou como elemento principal no processo de atenuação das desigualdades do mercado de trabalho.

DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS POR SEXO E RAÇA SEGUNDO A PNAD DE 2007

Fábio Monteiro Vaz*

1 INTRODUÇÃO

Apesar dos resultados positivos apresentados pelo mercado de trabalho nos últimos anos (expansão do emprego formal, crescimento da renda, queda da desigualdade de renda etc), o mercado de trabalho brasileiro ainda é caracterizado por um elevado grau de desigualdade e discriminação entre sexo e raça, e pouco avanço parece ter havido neste campo nos últimos anos. O objetivo desta nota é mostrar a evolução do diferencial de rendimentos por sexo/raça, e como este diferencial se apresenta segundo faixa etária e nível de instrução.

2 EVOLUÇÃO GERAL

A tabela 1 mostra o rendimento/hora do trabalho principal segundo sexo e raça. Conforme se observa, há diferenças significativas de rendimento entre os grupos. Homens negros, mulheres brancas e mulheres negras auferem rendimentos correspondentes, respectivamente, a 54,2%, 79,8% e 48,7% dos rendimentos dos homens brancos. Tais dados revelam que os diferenciais de rendimentos no mercado de trabalho são muito maiores por raça do que por sexo. De fato, enquanto os rendimentos das mulheres equivalem a 85% do auferido pelos homens, no caso dos negros os rendimentos representam cerca de 57% dos rendimentos dos trabalhadores brancos.

TABELA 1
Rendimento/hora do trabalho principal e horas trabalhadas segundo sexo e raça – 2007

Grupo	Rendimento/hora	Horas trabalhadas
Homens brancos	8,05	44,3
Homens negros	4,37	43,4
Mulheres brancas	6,42	37,7
Mulheres negras	3,92	36,8
Homens	6,23	43,9
Mulheres	5,29	3,73
Branco	7,36	41,5
Negros	4,20	40,9

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE).Elaboração própria a partir dos dados da Pnad.

Obs.: 1. Pessoas ocupadas com rendimentos.

2. Reais de setembro de 2007.

No que se refere à questão das horas trabalhadas, no entanto, verifica-se que as diferenças são muito menores entre brancos e negros do que entre homens e mulheres. Enquanto os negros tinham em média uma jornada levemente inferior à dos brancos, no caso das mulheres a diferença em relação à dos homens superava as seis horas semanais.

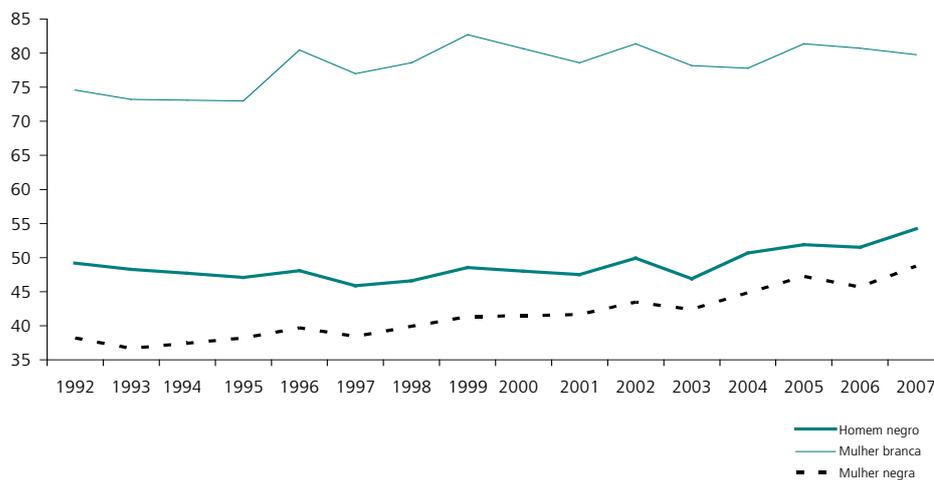
O gráfico 1 mostra que houve algumas evoluções no que diz respeito ao diferencial de rendimentos por sexo e raça no mercado de trabalho, mas estas não ocorreram de maneira

* Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

uniforme, tampouco na velocidade desejada. Em 1992, por exemplo, o rendimento médio dos homens negros representava 49,2% do rendimento dos brancos. Este patamar de diferença variou um pouco entre 1992 e 2007, mas até 2004 não se notou grandes avanços. É a partir de 2004 que o rendimento dos homens negros dá sinais de recuperação, alcançando 54,2% do rendimento dos homens brancos em 2007 – uma recuperação lenta demais para o tamanho do horizonte de análise.

GRÁFICO 1

Rendimentos/hora do trabalho principal de homens negros, mulheres brancas e mulheres negras como porcentagem do rendimento/hora dos homens brancos



Fonte: Pnad/IBGE.

Obs.: 1. Pessoas ocupadas com rendimentos.

2. A Pnad não foi a campo nos anos de 1994 e 2000. De 1992 a 2003 a Pnad exclui a população da área rural do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

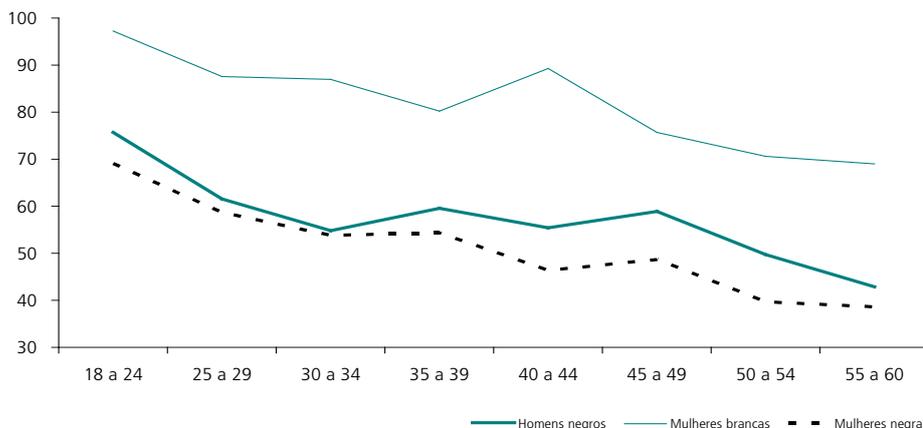
No caso das mulheres negras, contudo, a tendência de redução dos diferenciais de rendimentos figura um pouco mais nítida. Enquanto o rendimento das mulheres negras representava 38,2% do rendimento/hora dos homens brancos em 1992, esta diferença se reduziu paulatinamente até atingir 48,7% em 2007.

Por fim, para as mulheres brancas, não se verifica qualquer movimento de equiparação de rendimentos desde 1996; apenas no ano de 1996 é que se nota uma mudança significativa no diferencial de rendimentos, quando a relação rendimento/hora das mulheres brancas passa de 73% para 80,5% do rendimento/hora dos homens brancos. A partir de então, observam-se tão-somente pequenas variações anuais, sem nenhuma tendência claramente definida.

O gráfico 2 mostra a relação entre o rendimento/hora dos grupos considerados em relação ao rendimento/hora de homens brancos em cada faixa etária. Em qualquer um dos grupos considerados (homens negros, mulheres brancas e mulheres negras) é possível notar que o diferencial de rendimentos aumenta com a idade. A relação entre o rendimento/hora de um homem negro em relação a um homem branco é de 75,7% na faixa etária dos 18 aos 24 anos, diminuindo até alcançar 42,9% na faixa dos 55 aos 60 anos. As mulheres negras, por sua vez, ingressam no mercado de trabalho ganhando 69,1% do rendimento/hora dos homens brancos entre os 18 e 24 anos, e terminam com rendimentos que representam 38,6% dos rendimentos dos homens brancos. Em ambos os casos, é possível notar que o a discriminação no mercado de trabalho possui um efeito cumulativo sobre o rendimento de mulheres e negros ao longo de sua trajetória laboral.

GRÁFICO 2

Rendimentos/hora do trabalho principal de homens negros, mulheres brancas e mulheres negras como porcentagem do rendimento/hora dos homens brancos de cada faixa etária – 2007



Fonte: Pnad/IBGE.

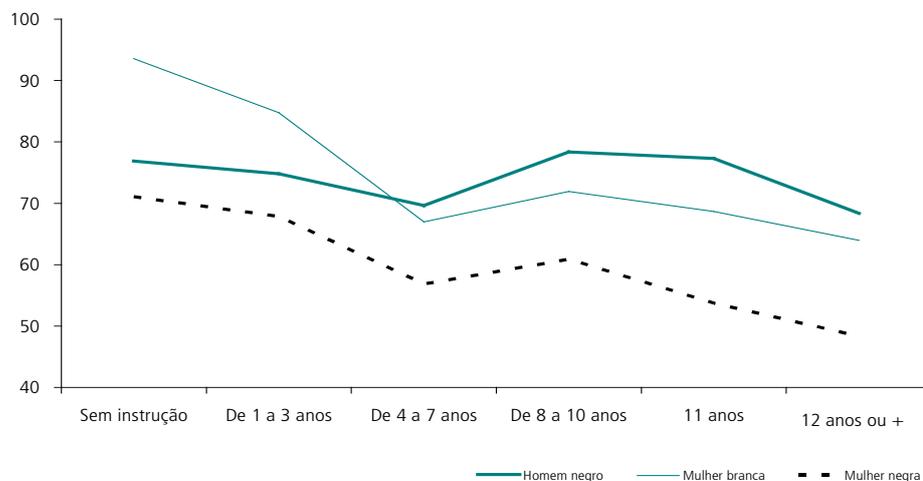
Obs.: Pessoas ocupadas com rendimentos.

O gráfico 3 mostra a mesma relação de rendimentos entre grupos de trabalhadores, disposta por nível de instrução. No caso das mulheres, o diferencial de rendimentos em relação aos homens brancos aumenta à mesma proporção que o nível educacional daquelas. A única exceção ocorre para as mulheres com 8 a 10 anos de estudo, grupo no qual observa-se uma pequena diminuição do diferencial de rendimentos quando comparado com o das mulheres com 4 a 7 anos de estudo.

No caso dos homens negros, entretanto, o padrão de discriminação é menos correlacionado com a escolaridade: tanto os trabalhadores com menos de 3 anos de estudo quanto aqueles nas faixas de 8 a 11 anos de estudo apresentam um diferencial de rendimentos menor em relação aos homens brancos.

GRÁFICO 3

Rendimentos/hora do trabalho principal de homens negros, mulheres brancas e mulheres negras como porcentagem do rendimento/hora dos homens brancos de cada nível de instrução – 2007



Fonte: Pnad/IBGE.

Obs.: Pessoas ocupadas com rendimentos.

3 CONCLUSÃO

Os dados da Pnad de 2007 apontam para uma pequena diminuição no diferencial de rendimentos entre homens negros e mulheres negras em relação aos homens brancos em 2007. A análise da série histórica, no entanto, evidencia que diminuição da discriminação observada nos últimos anos vem ocorrendo de forma muito lenta. No caso das mulheres brancas a evolução se mostra ainda pior, não sendo detectada qualquer tendência de equiparação de rendimentos desde 1996. Isto permite concluir que, apesar dos dados positivos verificados no mercado de trabalho nos últimos anos (crescimento real da renda, expansão do emprego forma, queda da desigualdade de rendimentos), pouco se tem evoluído para a diminuição da discriminação de rendimentos entre homens e mulheres, brancos e negros.

JUVENTUDE E TRABALHO: ALGUNS ASPECTOS DO CENÁRIO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Carla Coelho de Andrade*

"No Brasil, o trabalho também faz a juventude"
Marília Sposito

1 INTRODUÇÃO

Em 2007, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE), o Brasil possuía cerca de 50,2 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, o que correspondia a 26,4% da população. Embora este contingente populacional fosse maior do que o das últimas décadas do século XX, período marcado por um extraordinário crescimento demográfico da população jovem brasileira, constata-se que é menor que o de 2006, quando este grupo etário somava 51,2 milhões de pessoas. A redução do segmento juvenil confirma as projeções demográficas que indicam uma desaceleração progressiva do ritmo de crescimento da população jovem, e uma mudança nos pesos dos diversos grupos etários no conjunto da população brasileira.

O fato de se estar diante de um processo de contração da população jovem não reduz a importância numérica que tem hoje este grupo populacional. Até que a transição demográfica se complete, há motivos de sobra para que se foque a atenção sobre as questões que afetam e mobilizam os jovens. Ademais, as condições sociais do presente certamente terão impacto sobre a fase seguinte da transição.

Pesquisas nacionais têm mostrado que o trabalho está entre os principais assuntos que mais mobilizam o interesse dos jovens. O trabalho também é por eles indicado como um dos direitos mais importantes de cidadania, assim como um dos direitos essenciais que dos deveriam ser detentores.¹ Vale dizer que a centralidade do trabalho para os jovens não advém tão-somente do seu significado ético, ainda que este seja relevante, mas resulta também, e sobremaneira, da sua urgência enquanto problema:

(...) é, sobretudo enquanto um fator de risco, instabilizador das formas de inserção social e do padrão de vida, que o trabalho se manifesta como demanda urgente, como necessidade, no coração da agenda para uma parcela significativa da juventude brasileira. Ou, de outra forma, é por sua ausência, por sua falta, pelo não trabalho, pelo desemprego, que o mesmo se destaca. (GUIMARÃES, 2004, p.12)

Este breve artigo tem por interesse a atual situação do jovem no mercado de trabalho. Utiliza-se aqui como informação primária a Pnad/IBGE, considerando como jovens a parcela da população situada na faixa etária entre 15 a 29 anos de idade. Estes foram divididos em

* Bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional.

1. Ver as seguintes pesquisas: "Perfil da Juventude Brasileira", realizada pela Criterium Assessoria a pedido do Instituto Cidadania, em 2003; "Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas", coordenada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e pelo Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Pólis), em 2005; e "Retratos da Juventude Brasileira", coordenada por Abramo e Branco (2005).

três subgrupos: os de jovens de 15 a 17 anos (*jovem adolescente*), os de 18 a 24 anos (*jovem-jovem*); e os de 25 a 29 anos (*jovem adulto*). Tal divisão, que não passa de um arbitrário cultural, tem pautado as ações governamentais voltadas à juventude do país.²

2 OS JOVENS BRASILEIROS NO MERCADO DE TRABALHO: O QUE DIZ A PNAD DE 2007?

O ingresso no mundo do trabalho constitui-se, tradicionalmente, em um dos principais marcos da passagem da condição juvenil para a vida adulta. No entanto, nas últimas décadas, em funções de intensas transformações produtivas e sociais, ocorreram mudanças nos padrões de transição de uma condição à outra. O diagnóstico dominante aponta para as enormes dificuldades dos jovens em conseguir uma ocupação, principalmente em obter o primeiro emprego, dado o aumento da competitividade, da demanda por experiência e por qualificação no mercado de trabalho. Com isso, a transição para a vida adulta tem sido retardada.³

Em 2007, a taxa de atividade dos brasileiros entre 15 a 29 anos, nos três subgrupos da população juvenil manteve-se praticamente inalterada em relação à 2006: 39,0% no grupo de 15 a 17 anos, 74,2% no grupo de 18 a 24 anos, e 82,6% no grupo de 25 a 29 anos. Não obstante esta estagnação, se comparada ao período dos dez anos anteriores, verifica-se que houve um significativo recuo na participação dos jovens de 15 a 17 anos, conforme pode ser observado na tabela 1.

TABELA 1
Participação dos jovens no mercado de trabalho, segundo sexo e faixa etária – 1997 e 2007
(Em %)

Faixa etária	1997				2007			
	Ocupado	Desocupado	Inativo	Taxa participação	Ocupado	Desocupado	Inativo	Taxa participação
Homens/mulheres								
15 a 29 anos	59,1	8,3	32,5	67,5	59,9	9,7	30,3	69,7
15 a 17 anos	37,7	8,2	54,1	45,9	30,1	8,9	61,0	39,0
18 a 24 anos	62,6	9,6	27,7	72,2	62,7	11,4	25,8	74,2
25 a 29 anos	71,6	6,5	21,9	78,1	74,8	7,4	17,4	82,6
Homens								
15 a 29 anos	73,1	8,0	18,6	81,1	70,6	8,2	21,2	78,8
15 a 17 anos	48,3	8,6	43,0	56,9	37,8	8,4	53,7	46,2
18 a 24 anos	76,8	9,2	14,0	86,0	73,9	9,8	16,3	83,7
25 a 29 anos	88,8	5,6	5,5	94,4	87,5	5,7	6,7	93,2
Mulheres								
15 a 29 anos	45,5	8,7	45,9	54,1	49,4	11,2	39,4	60,6
15 a 17 anos	27,0	7,7	65,2	34,8	22,0	9,4	68,6	31,4
18 a 24 anos	48,6	10,0	41,3	58,7	51,4	13,1	35,4	64,6
25 a 29 anos	55,5	7,2	37,2	62,8	62,9	9,6	27,4	72,6

Fonte: Pnad/IBGE.

2. Ainda que para fins de definição de política pública, legislação e pesquisa seja possível fixar um recorte etário para determinar quem são os jovens, deve-se ter em conta que “juventude” é uma categoria em permanente construção social e histórica, isto é, varia no tempo, de uma cultura para outra, e até mesmo no interior de uma mesma sociedade. No Brasil, a adoção do recorte etário de 15 a 29 anos no âmbito das políticas públicas é bastante recente. A praxe anterior tomava por “jovem” a população na faixa etária entre 15 e 24 anos. A ampliação desta faixa para os 29 anos não é uma singularidade brasileira, configurando-se, na verdade, numa tendência geral dos países que buscam instituir políticas públicas de juventude. Duas são as principais justificativas a mudança: maior expectativa de vida para a população em geral, e maior dificuldade desta geração em ganhar autonomia em função das mudanças no mundo do trabalho.

3. As transformações na esfera produtiva e no mundo do trabalho são apenas parte dos aspectos levados em conta na reflexão em torno da problemática da transição para a vida adulta na atualidade. A emergência de novos padrões comportamentais no exercício da sexualidade, da nupcialidade e na configuração dos arranjos familiares também tem sido considerada nas tentativas de compreensão e explicação das mudanças nos marcos tradicionais da passagem do jovem para a condição adulta. Ver, especialmente, o estudo organizado por Camarano (2006).

O adiamento do ingresso dos *jovens adolescentes* no mundo do trabalho, a princípio, pode ser considerado um fato positivo. Um grande número de pesquisadores e gestores argumenta justamente que é fundamental postergar a entrada no mercado de trabalho para permitir a estes jovens, sobretudo, a permanência na escola e a aquisição de diplomas escolares de nível mais alto, com vistas à obtenção de melhores postos de trabalho, tanto em termos de remuneração como de possibilidade de realização pessoal. Em 2007, 82,1% da população de 15 a 17 anos freqüentavam a escola. No entanto, apenas 48,0% cursavam o ensino médio. Embora, ao longo dos últimos anos, a taxa de freqüência líquida nesta faixa etária venha apresentando crescimento contínuo, ainda é bastante alto o índice de distorção idade-série, situação que favorece a evasão escolar. Muitos jovens terminam efetivamente por abandonar os estudos, com escolaridade ainda muito baixa, o que lhes subtrai um importante requisito para pleitear melhores empregos.

Isso não quer dizer que maior escolarização garanta automaticamente aos jovens o ingresso em bons postos de trabalho, pois o incremento na oferta de mão-de-obra qualificada não segue necessariamente o mesmo ritmo do aumento na demanda por profissionais qualificados (CASTRO e AQUINO, 2008).

Não apenas no caso do grupo de 15 a 17 anos, mas também no restante do conjunto da população jovem, sobretudo na faixa de 18 a 24 anos (*jovens-jovens*), constata-se que houve nos últimos anos um aumento na quantidade daqueles que estudam. No entanto, isto não implicou uma redução na taxa de atividade juvenil no interior do mercado de trabalho. O fato é que apenas uma minoria se mantém na condição de apenas estudante após os 17 anos, como indica a tabela 2.

TABELA 2
Condição de atividade e de estudo por sexo e faixas etárias em 2007
(Em %)

Faixa etária	Só estuda	Estuda e trabalha	Só trabalha	Não trabalha nem estuda
Homens/mulheres				
15 a 29 anos	20,2	15,1	44,8	19,7
15 a 17 anos	60,3	21,8	8,29	9,5
18 a 24 anos	14,47	16,4	46,32	22,8
25 a 29 anos	3,4	8,9	65,8	21,7
Homens				
15 a 29 anos	18,0	16,7	53,8	11,3
15 a 17 anos	54,8	26,4	11,3	7,3
18 a 24 anos	12,2	17,5	56,1	13,8
25 a 29 anos	2,2	8,8	78,6	10,2
Mulheres				
15 a 29 anos	22,4	13,4	35,9	28,1
15 a 17 anos	66,0	17,0	5,0	11,9
18 a 24 anos	16,7	15,0	36,3	31,8
25 a 29 anos	4,4	9,1	53,8	32,5

Fonte: Pnad/IBGE.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais do Ipea (Disoc/Ipea).

Isso significa que, quando o jovem busca elevar a escolaridade, o faz combinando o estudo com a atividade laboral. Este tipo de situação demarca um modo particular de vivência do tempo de juventude, que não se identifica com aquilo que acabou se instituindo, inclusive

no senso comum, como modelo de jovem universal: aquele que se libera do trabalho para poder se dedicar aos estudos e ao lazer.⁴

Para muitos jovens, é seu próprio trabalho que lhes possibilita arcar com os custos vinculados à educação. Para muitos também, especialmente os integrantes das camadas populares, os baixos níveis de renda e capacidade de consumo da família redundam na necessidade do seu trabalho como condição de sobrevivência familiar. No Brasil, segundo a Pnad de 2007, 30,4% dos jovens na faixa etária de 15 a 29 anos poderiam ser considerados pobres, pois viviam em famílias com renda domiciliar *per capita* de até ½ salário mínimo (SM); 53,8% pertenciam ao extrato intermediário, com renda domiciliar *per capita* entre ½ e 2 SMs; e apenas 15,8% viviam com renda domiciliar *per capita* superior a 2 salários mínimos.

Salienta-se que, mesmo quando o trabalho não é uma imposição ditada pela necessidade de subsistência familiar, o que por si só o justificaria, os jovens têm a tendência de encará-lo como uma oportunidade de aprendizado, de ter acesso a variados tipos de consumo e de lazer, de alcançar a emancipação econômica. Desse modo, a associação entre os baixos níveis de renda familiar e a possibilidade de o jovem estar inserido como estudante e trabalhador na estrutura ocupacional não é tão imediata quanto parece. São muitos os jovens cuja renda familiar possibilitaria uma dedicação exclusiva aos estudos, mas que acabam optando, ou melhor, escolhendo também trabalhar.

Outro dado importante é que, embora a escolaridade média tenha crescido entre a população juvenil – em 2007, chegou a 7,3 anos de estudo –, ainda existe um número muito elevado de jovens que não está no mercado de trabalho nem na escola: 19,7% daqueles entre 15 e 29 anos. Nota-se que, apesar de as mulheres representarem o carro-chefe da elevação das taxas de escolarização do segmento juvenil, além de terem maior escolaridade e adequação nos estudos do que os homens, o percentual de jovens do sexo feminino que não estuda e nem trabalha é bem maior que entre os do sexo masculino. Isto geralmente acontece pelo fato de que muitas mulheres deixam a escola para cuidar de atividades domésticas – seja na condição de filha, seja na condição de cônjuge –, dedicando o seu tempo a um tipo de trabalho não mensurado. A proporção de jovens mulheres nesta situação é crescente de acordo com a faixa etária, passando de 11,9%, entre as jovens de 15 a 17 anos, a 31,8% e 32,5% entre aquelas de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, respectivamente. Contudo, observam-se novas tendências que vêm na contramão do modelo tradicional de divisão de trabalho, segundo o qual cabe às mulheres assumir o cuidado da casa e dos filhos, e aos homens o papel de provedor: há um número cada vez maior de mulheres que não abandonam o mundo do trabalho ou a ele retornam, mesmo depois do casamento ou da maternidade; o número de famílias chefiadas por mulheres vem aumentando – passou de 24,9%, em 1997, para 33,0%, em 2007, de acordo com os dados da Pnad.

4. A usual identificação do jovem como “estudante”, livre das obrigações do trabalho, tem sua origem nas transformações ocorridas desde o início do século XX no modelo de socialização dominante na Europa ocidental, sobretudo entre as famílias burguesas. Os jovens, que antes eram socializados em meio a outras gerações, passam a ser afastados do sistema produtivo e segregados em escolas com o objetivo de aprenderem as normas e as regras da vida em sociedade. Vale dizer que exatamente quando deixam de ser treinados para a vida adulta com outras gerações e passam a sê-lo por institutos, escolas e universidades, os jovens começam a se estruturar enquanto categoria social específica e se articular em torno de grupos etários (Galland, 1997). A sociedade passou a conceder aos jovens, então, uma espécie de “moratória social”: um crédito de tempo que permite protelar sua entrada na vida adulta e possibilita um maior contato com experiências e experimentações que contribuirão para o seu pleno desenvolvimento, particularmente em termos de formação educacional. Para mais detalhes sobre o emprego da noção de “moratória social” no campo da sociologia da juventude consultar Margulis e Urresti (1996) e Galland (1996).

No que tange à inserção no mercado de trabalho, as trajetórias ocupacionais dos jovens têm sido marcadas pelo signo da incerteza: estes ocupam as ofertas de emprego que aparecem, normalmente de curta duração e baixa remuneração, o que deixa pouca possibilidade de iniciar ou progredir na carreira profissional. Isto sem que se tomem em consideração as rápidas transformações tecnológicas que se refletem no mercado de trabalho, modificando especializações em pouco tempo, e tornando obsoletas determinadas profissões.

Porém, é preciso sublinhar que, em todo o segmento juvenil – composto de indivíduos com idade entre 15 e 29 anos –, verifica-se uma grande diversidade de situações no que concerne à qualidade dos postos de trabalho que os jovens ocupam (tabela 3). Em geral, o grupo de *jovens adolescentes* se insere nas piores ocupações, cujas exigências de qualificação são menores. A Pnad de 2007 revela que apenas 6,4% dos jovens de 15 a 17 anos ocupados eram empregados com carteira assinada. À medida que a idade avança, constata-se um aumento da proporção de trabalhadores em melhores ocupações: 44,9% no grupo de *jovens-jovens* (18 a 24 anos) e 48,4% no de *jovens adultos* (25 a 29 anos) trabalhavam com carteira assinada. No entanto, nestes grupos, ainda é alto o percentual de jovens nas ocupações de pior qualidade: 32,8% no grupo de 18 a 24 anos e 23,5% no de 25 a 29 anos. Apesar da vulnerabilidade do jovem no mercado de trabalho persistir, observa-se, entre 1997 e 2007, uma melhora nas condições de trabalho, com alta de formalização em todos os grupos etários.

Também em um período de dez anos, verifica-se ainda que os rendimentos médios dos *jovens adolescentes* mantiveram-se praticamente inalterados. No entanto, houve uma queda na renda do grupo de *jovens-jovens* e, principalmente, na do grupo de *jovens adultos* – estes normalmente já ocupando a posição de chefes de família, o que torna o dado mais preocupante. Inquieta igualmente a persistência das desigualdades de gênero e raça/cor: as piores rendas são exatamente as das jovens mulheres e as dos jovens negros (pretos e pardos). Ainda que os dados mostrem uma redução destas desigualdades, elas permanecem gritantes, conforme apresentado na tabela 4.

Sobre o problema do desemprego juvenil, uma das maiores inquietações da juventude, as altas taxas observadas indicam o quanto ainda são restritas as oportunidades para os jovens no mercado de trabalho. Com efeito, a juventude tem sido o segmento populacional mais afetado pela baixa oferta de postos no mercado de trabalho. Os jovens apresentam taxas de desemprego substancialmente maiores que as dos adultos: em 2007, segundo a Pnad, o desemprego juvenil era 2,9 vezes maior que o dos adultos – a taxa de desemprego juvenil era de 14%, enquanto a taxa de desemprego adulto era de 4,8%.

Cabe mencionar que, para avaliar a gravidade do desemprego juvenil, é necessário tomar em consideração um amplo conjunto de fatores, que vão além da constatação da existência de uma baixa oferta de postos no de trabalho. Exemplo disto é a alta rotatividade entre os trabalhadores jovens, maior que entre os demais trabalhadores, pois implica uma também maior taxa de desemprego (CASTRO e AQUINO, 2008; CARDOSO JR., GONZÁLES *et al.*, 2006).

Como pode ser visto na tabela 5, entre 2006 e 2007 a participação da população jovem no desemprego sofreu ligeira queda no grupo de 15 a 17 anos. Isto se explica pelo fato de os *jovens adolescentes* estarem participando menos do mercado de trabalho e, supostamente, dedicando-se exclusivamente aos estudos.

No grupo de 18 a 24 anos, também ocorreu redução no percentual de desempregados, mas o mesmo não se observa no grupo de 25 a 29 anos, para o qual foi constatada uma alta no desemprego. Tal aumento, somado à redução dos rendimentos médios verificada neste

grupo, acende definitivamente a luz de alerta em relação aos *jovens adultos*. Sem dúvida, este é um desafio para política pública.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão do trabalho é uma das grandes preocupações da juventude e também o é no campo das políticas públicas para a juventude. Existe uma convicção generalizada de que é necessário desenvolver programas e ações que melhorem a situação atual, levando-se em conta o aumento da vulnerabilidade deste grupo social, a limitada oferta de oportunidades, e as especificidades da condição juvenil contemporânea.

O desemprego entre os jovens brasileiros é significativamente superior ao do restante da população. Ainda que, ao longo dos anos, tenha havido aumento das médias de escolarização dos jovens e uma melhora nas condições de trabalho – com alta da formalização –, não se observou aumento correspondente na oferta de empregos.

Diante de um cenário de altas taxas desemprego, e de desestruturação e precarização do trabalho, como a juventude tem reagido? Hoje, jovens de todas as classes e situações sociais expressam inseguranças e angústias ao falar das expectativas em relação ao trabalho, no presente e no futuro. Eles vivenciam, de modo sofrido e dramático, o que alguns estudiosos têm chamado de “medo de sobrar” (NOVAES, 2007).

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedro (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.
- CAMARANO, Ana Amélia (org.). *Transição para a Vida Adulta ou Vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Ipea, 2006.
- CARDOSO JR, GONZALES, Roberto, STIVALI, Matheus, SANTOS, José Carlos & COSTA, Alysson. *Longa Caminhada, Fôlego Curto: o desafio da inserção laboral juvenil por meio dos consórcios sociais da juventude*. Texto para Discussão N° 1224. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2006.
- CASTRO, Jorge A. & AQUINO, Luseni (orgs.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Texto para Discussão N° 1335. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2008.
- GALLAND, Olivier. *Les Jeunes*. Paris: La Découverte, 1996.
- _____. *Sociologie de la Jeunesse*. Paris: Armand Colin, 1997.
- GUIMARÃES, Nadya. “Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil”, in Abramo, Helena & Branco, Pedro (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- IBASE (Instituto brasileiro) & PÓLIS (Instituto). *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Relatório final, 2005.
- INSTITUTO CIDADANIA. *Perfil da Juventude Brasileira*. Relatório final, 2003.
- MARGULIS, Mario & URRESTI, Marcelo. *La Juventud es más que una Palabra: ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Aires: Editora Biblos, 1996.
- NOVAES, Regina. *Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas*. Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida. São Paulo, outubro de 2007.

O TRABALHO INFANTIL NA PNAD 2007

Francisco Sadeck*

A legislação brasileira proíbe qualquer tipo de trabalho para menores de 14 anos. O trabalho a partir dos 14 anos até os 15 anos é permitido apenas na condição de aprendiz e, entre os 16 anos e 17 anos, desde que não atrapalhe a jornada escolar. Em todos os casos em que a lei admite o trabalho de adolescentes (nunca antes dos 14 anos), este ainda tem de estar circunscrito a outras condições: além de não poder ser realizado no período noturno, em situação de perigo ou de insalubridade, deve ser também uma atividade compatível com o desenvolvimento pessoal, sendo garantidos a estes adolescentes o acesso e a frequência obrigatória ao ensino regular – nem que para isto a jornada de trabalho tenha de ser adaptada a um horário especial para o exercício destas atividades.

Aos adolescentes em atividade laboral são assegurados todos os direitos trabalhistas e previdenciários. É o que rege o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu Capítulo V, assim como o inciso XXXIII do artigo 7º do presente texto constitucional. O Brasil, na qualidade de signatário da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), também assumiu o compromisso de implementar ações imediatas para a eliminação das piores formas de trabalho infantil.¹

Qualquer descumprimento à legislação será considerado trabalho infantil ilegal para fins deste texto. Ou seja, um adolescente com mais de 16 anos que estiver trabalhando sem carteira assinada, ou em situação precária, é aqui incorporado aos números de trabalho infantil e ilegal.

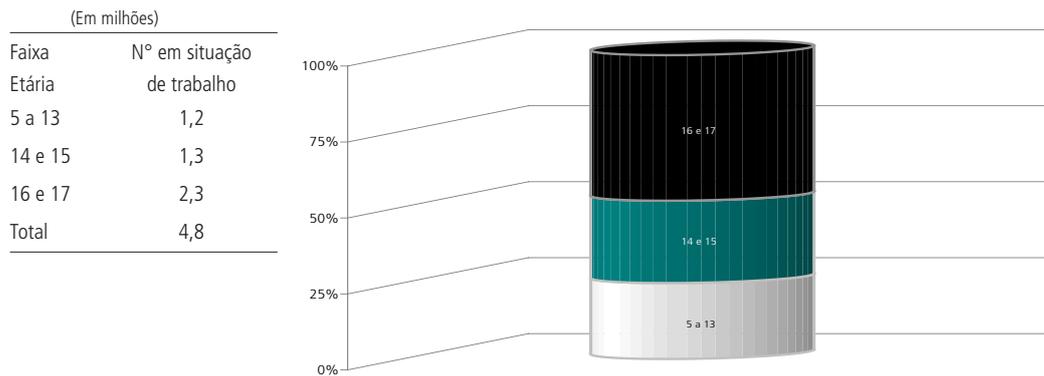
Apesar de o Brasil ser um exemplo, em nível mundial, na adoção de leis que buscam tanto a prevenção e a eliminação do trabalho infantil como a proteção do adolescente trabalhador, ainda não é possível constatar a efetividade da legislação em termos de adoção de práticas para o enfrentamento do trabalho infantil e para a eliminação das piores formas de trabalho infantil, conforme demonstram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE) de 2007.

De acordo com a pesquisa, o trabalho infantil atingiu 10,8% da população entre 5 e 17 anos em 2007. Isto representa um contingente de cerca de 4,8 milhões de crianças e adolescentes. No quadro 1 a tabela da esquerda demonstra o número (em milhões) de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil por faixa etária. O gráfico à direita apresenta a proporção do trabalho infantil, igualmente por faixa etária.

* Mestrando em Políticas Públicas e Formação Humana na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

1. As "piores formas de trabalho infantil" constantes na Convenção 182 da OIT compreendem: i) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças; sujeição por dívida; servidão; trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados; ii) utilização, demanda e oferta de criança para fins de prostituição, produção pornográfica ou atuações pornográficas; iii) utilização, recrutamento e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e o tráfico de entorpecentes, conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes; e iv) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.

QUADRO 1

Número de crianças e adolescentes em situação de trabalho por faixa etária e proporção por faixa etária em relação ao total

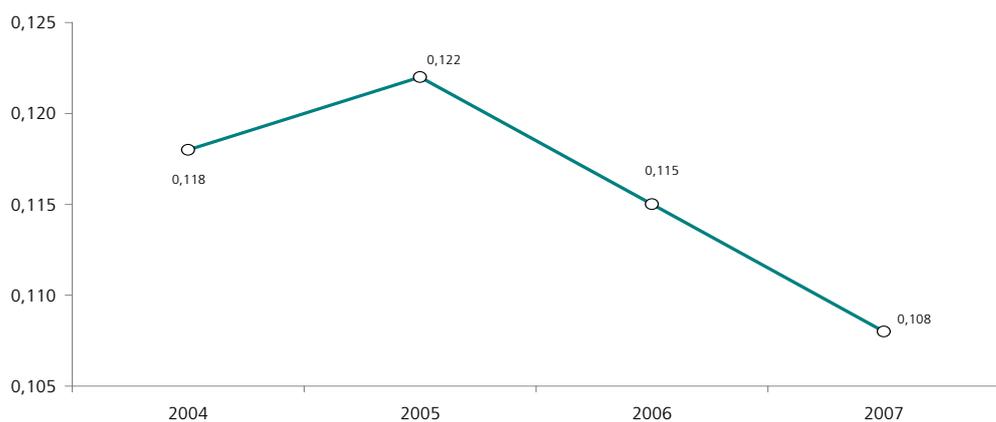
Fonte: Pnad/IBGE 2007.

Número de crianças e adolescentes em situação de trabalho por faixa etária e proporção por faixa etária em relação ao total

Chama atenção a grande proporção de adolescentes entre 16 e 17 anos de idade em situação de trabalho infantil ilegal. Quase 90% destes adolescentes que estavam trabalhando como empregados ou trabalhadores domésticos não tinham carteira de trabalho assinada – apenas 12,6% contavam com este direito.

Em 2007 verificou-se redução do trabalho infantil em relação a 2006, impulsionada pela diminuição da ocupação em atividades agrícolas, setor este que historicamente concentra a maior parte da mão-de-obra infantil. Apesar da queda, ainda não é possível afirmar que haja uma tendência definida neste sentido. Como pode ser observado no gráfico 1, entre 2004 e 2006 o trabalho infantil permaneceu praticamente estável, tendo experimentado neste intervalo um aumento de 0,4 ponto percentual (p.p.) em 2005 em relação ao ano de 2004.

GRÁFICO 1

Evolução do trabalho infantil no Brasil, em proporção de crianças e adolescentes em situação de trabalho – 2004 a 2007

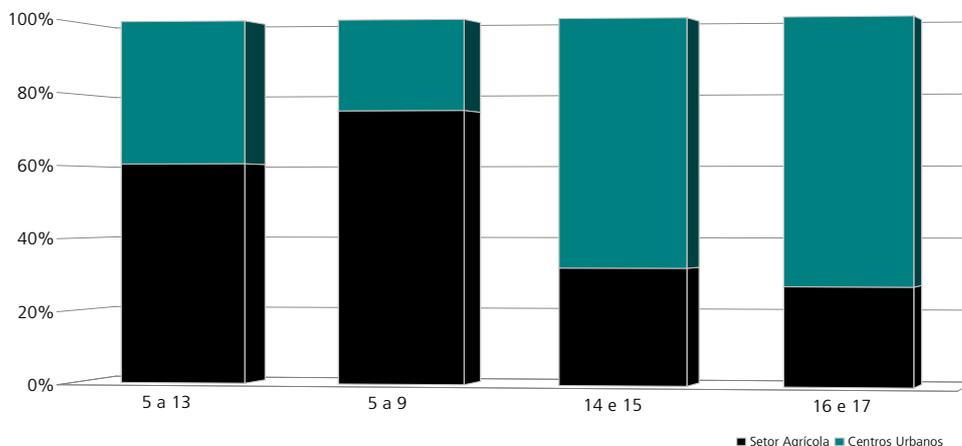
Fonte: Pnad/IBGE de 2004 a 2007.

Entre as ocorrências de trabalho infantil na faixa etária dos 5 aos 13 anos, 60,7% das crianças e adolescentes ocupados concentravam-se no setor agrícola, o qual absorveu 75% das crianças entre 5 e 9 anos que trabalhavam em 2007. Entre os adolescentes entre 14 e

17 anos, por sua vez, a maior incidência de ocupação se deu em centros urbanos. Cerca de 73% dos adolescentes entre 16 e 17 anos trabalhavam em áreas não agrícolas (gráfico 2).

GRÁFICO 2

Proporção de crianças e adolescentes que trabalhavam em 2007 por setor (agrícola e urbano)



Fonte: Pnad/IBGE de 2007.

O trabalho sem remuneração encontra-se entre as piores formas de trabalho infantil, cabendo ao governo federal adotar medidas urgentes de erradicação e fiscalização, por ser signatário da Convenção 182 da OIT, haja vista, em especial, que 60% das crianças e adolescentes que exerciam atividade laboral sem remuneração em 2007 possuíam entre 5 e 13 anos. Mais evidente em atividades agrícolas, a presença de crianças trabalhando sem percepção de qualquer tipo remuneração neste setor atingiu 83,6%, contra 18,7% das que trabalhavam em áreas não agrícolas.

Outro ponto importante revelado pela Pnad 2007 estabelece a relação entre trabalho infantil e frequência à escola: a porcentagem de crianças e adolescentes que só estudam vem aumentando, e a proporção dos que estudam e trabalham vem se reduzindo, mas a porcentagem daqueles que só trabalham praticamente não se altera. A contribuição das crianças que têm rendimento e não freqüentam a escola varia de um terço a 100% da renda familiar. No entanto, esta importância na composição do orçamento familiar cai para 7% em famílias com crianças que tanto trabalham como freqüentam a escola. Fica assim evidente a contradição entre trabalho e estudos para crianças e adolescentes.

De fato, uma criança ou adolescente que esteja ocupada gasta suas energias no trabalho, e não na concentração em seus estudos. O trabalho infantil contribui para o baixo patamar de qualidade da educação básica no Brasil, o que fica evidenciado pelo fato de que as regiões com maior taxa de trabalho infantil respondem por menores índices no Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

A partir dos dados da Pnad 2007 é possível identificar um retrato das crianças e adolescentes em situação de trabalho: em geral são crianças negras ou pardas, de famílias de baixa renda, que moram em áreas rurais do Norte-Nordeste, freqüentam a escola e trabalham no contraturno. Isto indica que combater o trabalho infantil significa combater desigualdades sociais, raciais, regionais e de rendimentos.

A erradicação do trabalho infantil compete ao governo, que deve executar políticas públicas multissetoriais e efetivas devido à complexidade do problema, mas é tarefa que

também compete à sociedade. Na verdade, as vítimas do trabalho infantil são igualmente vítimas da intolerância de uma sociedade que acredita que trabalhar é a melhor oportunidade para que crianças e adolescentes pobres possam alterar sua condição social e de suas famílias. A privação dos direitos de crianças e adolescentes é considerada até mesmo benéfica, pois acredita-se que o trabalho distancia estes meninos e meninas da ociosidade, das drogas, e da criminalidade.

Impõe-se uma alteração de valores culturais na sociedade brasileira, na qual persistem visões que justificam o trabalho infantil para filhos de famílias pobres e excluídas, enquanto forma de mantê-los afastados da criminalidade e da ociosidade. Por sua vez, os filhos da elite usufruem de direitos que pertencem a todas as crianças, como lazer, educação, saúde.

Em um país como o Brasil, é difícil entender de que maneira as oportunidades podem surgir exclusivamente do trabalho e não do estudo, que, em última análise, representa o principal fator de ampliação dos horizontes sociais das famílias e das possibilidades de transformação social. O trabalho infantil, pelo contrário, fortalece a exclusão e a falta de oportunidades, visto que as crianças que não freqüentam escola, por serem pobres e precisarem trabalhar, tornam-se adultas sem qualificação profissional, repassando tais valores a seus filhos, os quais, provavelmente, também deixarão de ir à escola para trabalhar, e assim por diante.

No que compete ao governo, a principal política pública de combate ao trabalho infantil surgiu na década de 1990. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) foi criado em 1994 e, a partir de 1999, esteve presente em todos os estados do país, focalizado em atividades consideradas perigosas, insalubres, penosas ou degradantes, nas cidades e no campo. Em 2004, foi criado o Programa de Transferência de Renda às Famílias com Condicionais, o chamado Bolsa Família, que unificou procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do governo federal. Em 2007 o benefício máximo fornecido pelo Bolsa Família atingia R\$ 112,00, sendo computado no máximo 3 filhos freqüentando a escola. Para 2008, houve um acréscimo desse valor em 8%, mais o valor de R\$ 30,00 por cada filho entre 15 e 17 anos (no máximo 2), atingindo o valor de, no máximo, R\$ 182,00 por benefício.

Não obstante esse esforço do governo, muito importante para garantir a redução da pobreza e para reforçar o direito de acesso das crianças e adolescentes de baixa renda pobres aos serviços de educação, as condicionalidades do Bolsa Família se mostram insuficientes para retirar a criança e o adolescente do trabalho. As informações da Pnad 2007 mostram que o benefício recebido pelas famílias resultou em elevação expressiva da freqüência escolar, mas não correspondeu às expectativas de redução do trabalho infantil.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é a importância de se considerar um cumprimento mais estrito das condicionalidades do Bolsa Família, a fim de evitar que crianças e adolescentes trabalhem enquanto suas famílias continuam recebendo os benefícios do programa. Nesse sentido, há que se pensar inclusive na responsabilidade da sociedade, além do Estado, na maior fiscalização do cumprimento destas condicionalidades.

Os dados da Pnad mostram ser insuficiente o conjunto de políticas até agora desenvolvido, aí incluído o volume de recursos alocados. Um combate efetivo ao trabalho infantil necessita de várias políticas públicas, além do Peti e do Bolsa Família, capazes de garantir os direitos das crianças e adolescentes à educação, à saúde, ao lazer e ao esporte, ou seja, o direito de serem crianças ou adolescentes.

A EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO EM 2007

Rosângela Cavaleri*

Conforme apontado em outra nota técnica desta edição, o nível ocupacional cresceu de forma apreciável no ano de 2007, com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE) e tendo por base nas definições de ocupação lá apresentadas.¹ Não obstante, este crescimento foi menos vigoroso que nos anos imediatamente anteriores e, pela primeira vez desde 2003, não ficou acima do crescimento da população em idade ativa (PIA). A presente nota visa examinar mais de perto esta questão, através da desagregação da ocupação total segundo a forma de inserção dos trabalhadores – postos de trabalho formais² e informais³ –, bem como em termos de áreas metropolitanas e não-metropolitanas, de forma a possibilitar uma noção mais precisa do comportamento de cada contingente e de seu efeito na ocupação total.

Ao avaliar os dados no plano nacional, um dos principais, se não o principal fato que chama atenção é o movimento de expansão que abrange a categoria de trabalhadores considerados formais. Em 2007 o emprego formal foi o carro-chefe do crescimento da ocupação, sendo que a variação absoluta dos postos de trabalho formais foi superior à da ocupação total – variação positiva de 2,11 milhões de trabalhadores contra 1,65 milhão, respectivamente. A razão de ser desta dissimilaridade reside na quase estagnação do emprego informal – variação positiva de apenas 0,2% – e na forte queda do número de empregadores.⁴

As taxas de crescimento apresentadas na tabela 1 mostram que o ritmo de expansão do nível de ocupação total para as regiões metropolitanas (RMs) foi mais acentuado do que nas regiões não-metropolitanas (RNMs) – 3,5% e 1,2%, respectivamente. Isto significa, em termos absolutos, um crescimento líquido equivalente a 0,93 milhão de trabalhadores nas metrópoles, superando em 0,21 milhão de novos postos de trabalho quando comparado com a criação do mesmo para as RNMs.

A tabela 1 também mostra movimentos de natureza distinta para as variações do número de postos de trabalho formais e informais quando se coteja o Brasil metropolitano com o não-metropolitano. As metrópoles experimentaram grande expansão tanto do emprego formal como informal em 2007 – 5,7% e 2,9%, respectivamente –, o que se traduz em 0,79 e 0,33 milhão de trabalhadores a mais, na ordem. Nas RNMs, por sua vez, a vigorosa expansão do emprego formal (6,0%) é acompanhada de uma contração do informal de 0,8%. Isto corresponde a um incremento de 1,31 milhão de trabalhadores e um decréscimo de 0,25 milhão, respectivamente.

* Bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD).

1. Ver a nota "Pnad 2007: o estado do mercado de trabalho brasileiro", neste volume,

2. Emprego formal: é classificado como a soma dos empregados com carteira assinada, dos militares e dos estatutários.

3. Emprego informal: é classificado como a soma dos empregados sem carteira assinada, os denominados conta-própria e os não remunerados.

4. Cabe ressaltar neste caso que a diferença é explicada pela queda acentuada dos trabalhadores denominados "empregadores" – recuo de 0,55 milhão na comparação anual.

TABELA 1
Taxa de crescimento da ocupação em 2007
 (Em %)

2006 – 2007	Total	Metropolitano	Não-metropolitano
Ocupação total	2,0	3,5	1,3
Emprego formal	5,9	5,7	6,0
Emprego informal	0,2	2,9	-0,8

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pnad.

Pode-se afirmar, assim, que o emprego informal ficou praticamente estável em decorrência da sua queda nas regiões não-metropolitanas, enquanto o dinamismo do emprego formal foi resultado de um desempenho bom e equilibrado dentro e fora das metrópoles. Particularidades associadas a esta assimetria serão investigadas a seguir, nos recortes por setores de atividade e por grau de escolaridade, apresentados nas tabelas 2 e 3, no final do texto.

A tabela 2 apresenta uma partição por segmentos de atividade econômica, que por estar mais diretamente associada à natureza do processo econômico, revela-se particularmente interessante. Ali se observa, por um lado, que os setores de transportes, indústria e comércio foram os grandes responsáveis, em termos absolutos, pelo crescimento da ocupação em nível nacional, tanto na geração de empregos formais como informais. Por outro lado, na contramão deste movimento de crescimento, encontra-se o setor de agricultura, o qual apresentou uma redução no total de trabalhadores no período – redução de 0,61 milhão, sendo esta totalmente explicada pelo emprego informal.

Para as RMs vale ressaltar os setores de administração pública e agricultura, que demonstraram um recuo de -1,3% e -5,2%, respectivamente. Em ambos os casos esta queda se deu tanto no emprego formal como no informal. Para os demais setores, contudo, o que se encontra é um cenário totalmente oposto: crescimento em ambas as categorias, com destaque para os setores de transportes (9,8%), comércio (5,1%) e construção (3,7%), que obtiveram crescimento superior à média total da região, e ainda apresentaram as maiores taxas para o emprego formal e informal no período.

No caso das RNMs, o comportamento é um pouco diferenciado daquele para as metrópoles, principalmente no tocante ao emprego informal. Dentro destas áreas de abrangência, apenas o setor de agricultura apresentou queda na comparação anual (5,1%), e este recuo deveu-se exclusivamente ao emprego informal. Ao comparar-se o crescimento dos demais setores de atividade com a média de todas as atividades para as regiões, verifica-se que tão-somente os setores de outras atividades e serviços apresentaram crescimento inferior à média.⁵ Ao desagregar esta região segundo emprego formal e informal, encontra-se como resultado um crescimento para todos os segmentos na categoria de emprego formal, com destaque para os setores de construção (11,6%), transportes (11,0%) e indústria (8,2%). Porém, para os empregos considerados informais observa-se uma redução de 6,0% no setor de agricultura, de 2,2% na administração pública, e de 0,6% em serviços.

Por fim, na tabela 3 verificam-se alguns elementos para identificar mudanças na estrutura dos postos de trabalho segundo a escolaridade dos trabalhadores. O recorte educacional permite confirmar a crescente exigência de qualificação para o ingresso no mercado de trabalho. Vale salientar que no quadro do emprego total os dois grupos com menos de 8 anos de estudos completos sofreram reduções no período. Ao abrir o recorte da população ocupada com menos de 8 anos de estudo, pode-se verificar que nas RMs houve redução tanto do emprego formal quanto do informal. Ao examinar o mesmo recorte para as RNMs, contudo, houve acréscimo apenas no que tange ao emprego formal. O panorama é bem distinto no que diz

respeito ao contingente que tem pelo menos o ensino fundamental completo. Não só os dois grupos pertencentes a esta categoria cresceram, como a expansão foi mais enviesada a favor daqueles que contam com pelo menos o ensino médio completo. O conjunto destes trabalhadores com o grau mais elevado de escolaridade (no Brasil) que possui vínculo formal cresceu 8,2% no ano de 2007 em comparação com o ano anterior, o que corresponde a um acréscimo de 1,63 milhão de trabalhadores.

Em se tratando de variações relativas, os trabalhadores com no mínimo 8 anos de estudo aumentaram sua participação na ocupação total em 2,4 pontos percentuais na comparação anual, sendo quase dois terços deste crescimento de responsabilidade do grupo mais escolarizado (11 anos ou mais de estudo), que passa a responder por 41,5% do total de trabalhadores.

A partir dos dados aqui apresentados, fica claro que a desaceleração no ritmo de crescimento ocupacional brasileiro foi significativamente influenciada pela brusca queda do número de empregados informais no setor de agricultura localizado nas áreas não-metropolitanas. Em particular, este tipo de inserção no setor agrícola declinou muito e respondeu pelo encolhimento da agricultura como um todo. Um simples exercício contrafactual pode demonstrar que, se a ocupação no setor de agricultura em 2007 tivesse permanecido nos mesmos níveis de 2006, o crescimento da população ocupada no agregado teria sido de 2,7%.

Resta saber se esse fato pode também ter contribuído para a diminuição do emprego entre os menos escolarizados, visto que, novamente, a queda se dá de forma mais intensa neste grupo nas áreas não-metropolitanas e para os trabalhadores informais.

TABELA 2
População Ocupada

	Adm. Pública		Agricultura		Comércio		Construção		Indústria		Outras Atividades		Serviços		Transportes			
	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto		
Brasil	#REF!	#REF!	1,2	51.037	-5,1	-608.119	3,8	589.510	4,5	251.272	5,3	678.643	1,6	160.171	1,2	228.984	7,5	301.553
Formal	#REF!	#REF!	2,0	70.220	5,4	84.440	7,3	444.549	9,9	138.296	7,4	581.335	6,0	297.792	2,8	240.712	10,5	215.713
Informal	#REF!	#REF!	-1,9	-18.546	-5,9	-588.098	3,9	313.014	3,8	153.211	3,8	170.279	0,2	6.592	0,1	5.148	4,8	88.872
Metropolitano	#REF!	#REF!	-1,3	-17.659	-5,2	-15.171	5,1	276.696	3,7	69.706	3,4	149.128	2,7	130.158	2,6	172.900	9,8	164.259
Formal	#REF!	#REF!	-1,3	-14.889	-13,1	-5.500	8,3	195.233	7,3	39.037	5,9	161.963	5,8	159.137	4,1	134.971	10,1	103.544
Informal	#REF!	#REF!	-1,0	-2.133	-4,2	-9.633	6,6	173.908	3,9	49.191	1,1	15.175	1,7	29.347	1,2	39.787	9,2	56.106
Não-Metropolitano	#REF!	#REF!	2,3	68.696	-5,1	-592.948	3,1	312.814	4,8	181.566	6,2	529.515	0,6	30.013	0,5	56.084	5,8	137.294
Formal	#REF!	#REF!	3,7	85.109	5,9	89.940	6,6	249.316	11,6	99.259	8,2	419.372	6,2	138.655	2,0	105.741	11,0	112.169
Informal	#REF!	#REF!	-2,2	-16.413	-6,0	-578.465	2,6	139.106	3,8	104.020	5,2	155.104	-1,0	-22.755	-0,6	-34.639	2,6	32.766

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2006-2007

Tabela 3
População Ocupada por Escolaridade

	Total		0-3		4-7		8-10		11 e +	
	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto
Brasil	2,0	1.649.337	-2,1	-301.530	-3,7	-780.243	7,2	1.003.742	5,9	1.961.752
Formal	5,9	2.110.896	2,5	77.313	-0,5	-30.771	7,2	430.445	8,2	1.634.548
Informal	0,2	88.170	-2,7	-300.455	-4,4	-622.751	5,3	410.788	5,8	632.974
Metropolitano	3,5	932.016	2,4	58.549	-2,8	-156.850	9,0	423.235	5,0	684.604
Formal	5,7	792.683	-1,2	-9.623	-2,1	-46.095	9,2	203.131	7,4	647.232
Informal	2,9	334.560	5,5	86.877	-2,7	-88.573	7,5	179.216	4,2	181.664
Não-Metropolitano	1,3	717.321	-3,1	-360.079	-4,0	-623.393	6,3	580.507	6,6	1.277.148
Formal	6,0	1.318.213	3,8	86.936	0,3	15.324	6,1	227.314	8,7	987.316
Informal	-0,8	-246.390	-4,1	-387.332	-5,0	-534.178	4,3	231.572	6,9	451.310

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2006-2007

FONTES DE EXPANSÃO DO EMPREGO FORMAL

Carlos Henrique L. Corseuil*

Rodrigo L. Moura**

Lauro Ramos*

1 INTRODUÇÃO

A evolução do mercado formal ao longo dos anos 1990 foi marcada por um processo de redução dos postos de trabalho considerados protegidos – especialmente no caso das regiões metropolitanas. Com efeito, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE) registraram queda contínua da participação dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada ao longo da década.

Nota-se, entretanto, que, a partir de 2001, o país experimentou uma reação forte do mercado formal de trabalho, com elevação contínua da participação dos trabalhadores com carteira assinada, e também dos contribuintes para a Previdência Social.¹ Em 2004, houve uma interrupção da queda dos rendimentos reais iniciada em 1997 e, em 2005 e 2006, assiste-se não apenas ao crescimento do emprego com carteira, mas também à recuperação dos rendimentos reais.

Assim, o objetivo deste texto é compreender de forma mais adequada o que ocorreu no mercado de trabalho formal sob a ótica da demanda. Em outras palavras, é preciso ter um quadro detalhado do comportamento dos estabelecimentos formais na última década, levando em conta a evolução do número de estabelecimentos, o número médio de empregados, o setor de atividade, e o tempo de existência dos estabelecimentos.

Esse tipo de análise requer o uso de uma base de dados que tenha o estabelecimento como unidade de observação. Dessa forma essa nota difere das demais por não fazer uso da Pnad, visto não ser essa a unidade de análise da pesquisa.² Utilizaremos a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego. Trata-se de uma base que reúne informações que devem ser declaradas por todos os estabelecimentos inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Para efeitos desta nota usaremos informações do período 1996-2006, quando se verificou um aumento de aproximadamente 10,6 milhões de postos de trabalho formais. No entanto, conforme mencionado anteriormente, podemos observar que o aumento do emprego formal não se comporta de maneira uniforme no período analisado. Deste montante de 10,6 milhões, aproximadamente 1/3 (3,5 milhões) foram gerados no quinquênio

*Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

**Bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional.

1. Ver Ramos (2008) para uma análise detalhada da evolução do mercado de trabalho brasileiro nesse período, inclusive no que tange à evolução do grau de informalidade.

2. A informação na Pnad tem como unidade de investigação o domicílio.

1996–2001, enquanto que os demais 2/3 foram incorporados no quinquênio 2001-2006.³ Esta mudança de tendência do emprego formal a partir de 2001 leva a replicar todos os exercícios para estes dois subperíodos, quais sejam: 1996-2001 e 2001-2006.

2 PANORAMA GERAL: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS OU TAMANHO

A variação do emprego formal pode ser vista como resultante da variação conjunta dos seguintes componentes:

- a) tamanho médio dos estabelecimentos formais (\bar{x}); e
- b) número de estabelecimentos formais (n).

O primeiro passo para uma melhor compreensão da evolução do grau de formalização do mercado de trabalho brasileiro entre 1996 e 2006 pode ser o seguinte exercício de decomposição:

$$n_{06} \cdot \bar{x}_{06} - n_{96} \cdot \bar{x}_{96} = (n_t \cdot \bar{x}_{06} - n_t \cdot \bar{x}_{96}) + (n_{06} \cdot \bar{x}_t - n_{96} \cdot \bar{x}_t)$$

Os subscritos $_{06}$ e $_{96}$ fazem menção aos anos considerados, no caso 2006 e 1996, respectivamente. Por fim, o subscrito $_t$ indica a média aritmética dos valores computados para 1996 e 2006.

No lado direito da expressão tem-se dois componentes que informam, respectivamente, a contribuição da variação do emprego médio e do número de estabelecimentos. O primeiro componente informa qual teria sido a variação do emprego formal resultante apenas da variação observada no tamanho dos estabelecimentos entre 1996 e 2006. Neste caso o número de estabelecimentos é fixado no nível médio entre os anos mencionados. O segundo componente do lado direito informa qual teria sido a variação do emprego formal resultante apenas da variação observada no número de estabelecimentos entre 1996 e 2006, mantido constante o tamanho dos mesmos no nível médio entre os anos mencionados.

Caso o primeiro (segundo) componente venha a ser o maior deles, então poder-se-ia concluir que o aumento do tamanho médio dos estabelecimentos (o aumento do número de estabelecimentos formais) foi o maior responsável pelo recente aumento do emprego formal.

A tabela 1 reporta a esses dois componentes, bem como à variação total do emprego formal mencionada na introdução (tabela 1, última coluna). De acordo com a primeira linha da tabela, se o efeito do aumento do número de estabelecimentos fosse o único a ser considerado, ter-se-ia um crescimento do emprego formal de 12,9 milhões, em vez dos 10,6 milhões observados. Contudo, o tamanho médio dos estabelecimentos diminuiu entre 1996 e 2006, a ponto de reduzir a variação observada em mais de 2 milhões de empregos formais.

As demais linhas da tabela reportam a resultados para dois subperíodos marcados por diferentes evoluções do emprego formal: 1996-2001 e 2001-2006. A decomposição para estes subperíodos mostra que a melhora na *performance* do emprego formal entre 2001 e 2006 deveu-se quase que exclusivamente a uma mudança drástica no efeito do tamanho médio dos estabelecimentos. Enquanto a variação do emprego devido ao efeito do número de estabelecimentos permanece praticamente estável no patamar de 6 milhões, a variação

3. Enquanto a taxa média de geração de postos formais é de pouco mais de 2 milhões de postos de trabalho por ano entre 1996 e 2006, as respectivas taxas nos dois quinquênios mencionados são de aproximadamente 700 mil por ano entre 1996 e 2001, e 1,4 milhão entre 2001 e 2006.

do emprego devido ao tamanho médio passa de – 2,5 milhões para + 743 mil. Ou seja, a evolução do tamanho médio dos estabelecimentos não apenas parou de reduzir o emprego formal, como passou a contribuir para o seu aumento após 2001.

TABELA 1
Decomposição da variação do emprego formal segundo tamanho médio e número de estabelecimentos
 (Em milhares)

	Tamanho médio $n_{\text{médio}} \cdot (x_{\text{pos}} - x_{\text{pre}})$	No estabelecimentos $(n_{\text{pos}} - n_{\text{pre}}) \cdot x_{\text{médio}}$	Δ total
1996-2006	-2.255.37	12.889.30	10.633.93
1996-2001	-2.543.09	6.036.09	3.493.00
2001-2006	743.66	6.397.27	7.140.93

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Rais.

3 O QUE MUDOU NA EVOLUÇÃO DO TAMANHO MÉDIO?

A valorização do aumento do tamanho dos estabelecimentos como determinante da evolução do emprego formal motiva a tentar entender melhor o comportamento desta variável.

O tamanho de um estabelecimento está intimamente ligado a outras duas características do estabelecimento, a saber: setor de atividade e idade.⁴ Assim, em um determinado instante do tempo o tamanho médio dos estabelecimentos formais pode ser tomado como uma média ponderada entre os tamanhos médios em diversos subgrupos definidos a partir destas características dos estabelecimentos, ou seja:

$$x = \sum_{i,s} w_{i,s} \cdot x_{i,s}$$

Os subscritos i e s denotam faixas de idade e setores de atividade, respectivamente, e w representa a participação dos estabelecimentos do grupo pertinente perante o universo de estabelecimentos formais. Desta forma pode-se investigar em que medida a variação observada no tamanho médio dos estabelecimentos formais foi induzida por uma mudança na composição deste universo no que tange à idade e ao setor de atividade. Por exemplo, é sabido que estabelecimentos industriais ou mais maduros tendem a ser maiores do que os de comércio ou os recém-criados. Assim, uma redistribuição dos estabelecimentos onde se aumenta a concentração da indústria e/ou dos mais antigos pode acarretar em um aumento do tamanho médio, sem que este aumente em cada um dos grupos considerados.

Logo, pode-se utilizar uma decomposição semelhante à da seção anterior para identificar se a evolução do tamanho médio se deve a um movimento distribuído de forma uniforme entre as diversas categorias consideradas, ou se esta evolução é determinada por uma realocação dos estabelecimentos entre categorias com distintos tamanhos médios. Em

4. A conexão entre tamanho e setor de atividade vem da hipótese de que cada setor tem uma tecnologia específica de produção, que por sua vez define sua respectiva escala ótima. No que se refere à idade, o argumento se baseia na premissa de haver um alto grau de incerteza nos primeiros anos de existência de um estabelecimento a respeito de sua eficiência. À medida que a eficiência é revelada, espera-se que as mais eficientes aumentem suas escalas e que as menos eficientes saiam do mercado, fazendo com que o tamanho médio aumente, com o tempo, para uma dada coorte.

seguimento à notação estabelecida anteriormente, tem-se a seguinte igualdade para a variação do tamanho médio dos estabelecimentos entre 1996 e 2006:

$$\begin{aligned} x_{06} - x_{96} &= \sum_{i,s} w_{i,s,06} \cdot x_{i,s,06} - \sum_{i,s} w_{i,s,96} \cdot x_{i,s,96} = \\ &= \sum_{i,s} (w_{i,s,t} \cdot x_{i,s,06} - w_{i,s,t} \cdot x_{i,s,96}) + \sum_{i,s} (w_{i,s,06} \cdot x_{i,s,t} - w_{i,s,96} \cdot x_{i,s,t}) \end{aligned}$$

Na segunda linha da expressão tem-se os dois componentes que podem afetar a variação do tamanho médio dos estabelecimentos. O primeiro informa a contribuição da variação do emprego médio de cada grupo, enquanto o segundo informa a contribuição da variação da participação relativa de cada categoria i,s no total de estabelecimentos. O primeiro termo será denominado aqui efeito escala, e o segundo de efeito composição.

A tabela 2 mostra os resultados dessa nova decomposição de forma análoga aos resultados apontados na tabela 1. No caso desta tabela, o maior interesse recai na comparação dos dois quinquênios. Os resultados das duas últimas linhas evidenciam que o efeito escala é o grande responsável pelo aumento do emprego via aumento do tamanho médio entre 2001 e 2006. Mais do que isso: este mesmo efeito afetava negativamente o emprego formal, e de forma expressiva, entre 1996 e 2001. Assim, o efeito escala compensou o efeito composição no segundo subperíodo.

TABELA 2

Decomposição da variação do tamanho médio segundo efeito escala e efeito composição

	Efeito escala $n \cdot w_{\text{medio}} \cdot (x_{\text{pos}} - x_{\text{pre}})$	Efeito composição $n \cdot (w_{\text{pos}} - w_{\text{pre}}) \cdot x_{\text{medio}}$	Δ Total
1996-2006	-942.87	-1.312.56	-2.255.43
1996-2001	-1.804.11	-739.02	-2.543.14
2001-2006	1.239.31	-495.65	743.66

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Rais.

4 REFERÊNCIAS

RAMOS, Lauro R. A. (2008) Desempenho Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro: 1992-2005; Revista de Economia Política (no prelo)

ANEXO ESTATÍSTICO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

OCUPAÇÃO

MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

DESEMPREGO

SEGURO-DESEMPREGO

RENDIMENTOS

INFORMALIDADE

Advertência

Os dados deste Anexo Estatístico que são provenientes da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam valores distintos daqueles que foram publicados até o número 25 deste boletim, em decorrência de novos fatores de expansão das amostras.

Para maiores informações, consultar:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/22022005reponderacao.shtm>

ANEXO ESTATÍSTICO

Índice de Tabelas

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

1. PEA por região metropolitana	A1
2. PEA por gênero	A1
3. PEA por grau de instrução	A2
4. PEA por faixa etária	A2
5. Taxa de participação por região metropolitana	A3
6. Taxa de participação por gênero	A3
7. Taxa de participação por grau de instrução	A4
8. Taxa de participação por faixa etária	A4
9. População economicamente inativa que gostaria de trabalhar	A5

II. OCUPAÇÃO

1. Nível de ocupação por região metropolitana	A7
2. Nível de ocupação por gênero	A7
3. Nível de ocupação por grau de instrução	A8
4. Nível de ocupação por faixa etária	A8
5. Nível de ocupação por posição na ocupação	A9
6. Empregados por categoria de ocupação	A9
7. Nível de ocupação por setor de atividade	A10

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

1. Admissões por UF	A11
2. Desligamentos por UF	A12
3. Variação do nível de emprego por UF	A13
4. Admissões por setor de atividade	A14
5. Desligamentos por setor de atividade	A15
6. Variação do nível de emprego formal por setor de atividade	A16

IV. DESEMPREGO

1. Taxa de desemprego por região metropolitana: PME	A17
2. Taxa de desemprego aberto: PED	A17
3. Taxa de desemprego oculto por desalento: PED	A18
4. Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED	A18
5. Taxa de desemprego total: PED	A19
6. Taxa de desemprego por gênero: PME	A19
7. Taxa de desemprego por grau de instrução: PME	A20
8. Taxa de desemprego por faixa etária: PME	A20
9. Taxa de desemprego por posição na família: PME	A21
10. Composição do desemprego por gênero: PME	A21
11. Composição do desemprego por posição na família: PME	A22
12. Composição do desemprego por faixa etária: PME	A22
13. Composição do desemprego por grau de instrução: PME	A23
14. Composição do desemprego por faixa de duração: PME	A23

V. SEGURO-DESEMPREGO

- | | |
|--|-----|
| 1. Requerentes, segurados e valor médio do benefício | A25 |
|--|-----|

VI. RENDIMENTOS

- | | |
|---|-----|
| 1. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região | A27 |
| 2. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região | A27 |
| 3. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação | A28 |
| 4. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação | A28 |
| 5. Salário mínimo real | A29 |

VII. INFORMALIDADE

- | | |
|---|-----|
| 1. Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana | A31 |
| 2. Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana | A31 |
| 3. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana | A32 |
| 4. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana | A32 |

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.1
PEA por região metropolitana
(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	1.358	1.475	2.045	5.134	8.503	1.727	20.241	n.d.	n.d.
2003	1.460	1.547	2.158	5.279	9.061	1.788	21.293	1.369	22.662
2004	1.451	1.590	2.250	5.382	9.270	1.810	21.753	1.394	23.147
2005	1.478	1.647	2.273	5.380	9.369	1.845	21.991	1.470	23.461
2006	1.541	1.651	2.399	5.468	9.576	1.891	22.527	1.474	24.001
2007	1.506	1.738	2.485	5.515	9.851	1.924	23.020	1.522	24.542
2007 Jan.-set.	1.506	1.735	2.474	5.501	9.808	1.913	22.938	1.494	24.433
2008 Janeiro	1.496	1.728	2.497	5.544	9.883	1.956	23.104	1.599	24.703
Fevereiro	1.475	1.720	2.539	5.549	9.938	1.949	23.170	1.606	24.776
Março	1.466	1.701	2.523	5.601	10.030	1.954	23.276	1.621	24.897
Abril	1.449	1.700	2.574	5.626	10.068	1.962	23.378	1.619	24.997
Maiο	1.419	1.676	2.546	5.576	10.106	1.995	23.318	1.626	24.944
Junho	1.468	1.691	2.582	5.623	10.215	1.990	23.569	1.626	25.195
Julho	1.515	1.693	2.584	5.631	10.142	2.011	23.576	1.634	25.210
Agosto	1.470	1.713	2.595	5.647	10.192	1.995	23.611	1.620	25.231
Setembro	1.523	1.722	2.587	5.692	10.258	2.014	23.797	n.d.	n.d.
Jan.-set./2008	1.476	1.705	2.559	5.610	10.092	1.981	23.422	1.619	24.994

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA I.2
PEA por gênero
(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	11.371	8.869
2003	11.830	9.463
2004	11.984	9.769
2005	12.094	9.897
2006	12.356	10.171
2007	12.549	10.470
2007 Jan.-set.	12.514	10.424
2008 Janeiro	12.595	10.508
Fevereiro	12.674	10.496
Março	12.726	10.550
Abril	12.762	10.616
Maiο	12.694	10.624
Junho	12.795	10.774
Julho	12.759	10.817
Agosto	12.791	10.820
Setembro	12.840	10.956
Jan.-set./2008	12.737	10.685

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.3
PEA por grau de instrução
 (Anos de escolaridade, em mil pessoas)

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 ^a	7.047	4.112	9.041
2003	7.229	4.267	9.761
2004	7.036	4.261	10.416
2005	6.759	4.220	10.979
2006	6.616	4.245	11.632
2007	6.378	4.280	12.331
2007 Jan.-set.	6.396	4.258	12.252
2008 Janeiro	6.166	4.134	12.785
Fevereiro	6.113	4.215	12.813
Março	6.091	4.294	12.853
Abril	6.164	4.258	12.914
Maiο	6.135	4.316	12.837
Junho	6.266	4.306	12.971
Julho	6.232	4.297	13.019
Agosto	6.189	4.338	13.056
Setembro	6.173	4.322	13.273
Jan.-set./2008	6.170	4.275	12.947

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.4
PEA por faixa etária
 (Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a	95	572	4.018	12.576	2.979
2003	128	620	4.102	13.141	3.302
2004	108	604	4.131	13.378	3.532
2005	64	528	4.041	13.641	3.717
2006	74	548	4.082	13.921	3.903
2007	65	507	4.070	14.262	4.116
2007 Jan.-set.	63	517	4.089	14.180	4.089
2008 Janeiro	72	462	3.927	14.468	4.175
Fevereiro	78	509	3.930	14.394	4.259
Março	67	522	4.003	14.396	4.287
Abril	72	524	4.092	14.366	4.324
Maiο	58	514	4.026	14.309	4.411
Junho	69	480	4.087	14.425	4.509
Julho	68	485	4.059	14.433	4.531
Agosto	56	491	4.028	14.441	4.596
Setembro	55	495	4.106	14.626	4.515
Jan.-set./2008	66	498	4.029	14.429	4.401

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.5

Taxa de participação por região metropolitana (Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	48,5	56,1	54,7	54,4	57,1	56,1	55,3	n.d.	n.d.
2003	51,3	57,6	56,3	54,8	59,8	56,7	57,1	59,9	57,3
2004	49,8	57,8	57,2	55,0	59,9	56,3	57,2	59,0	57,3
2005	49,7	58,5	56,4	54,0	59,3	56,3	56,6	60,1	56,8
2006	51,2	57,6	58,1	54,1	59,2	56,6	56,9	58,7	57,0
2007	49,0	59,0	58,8	53,6	59,7	56,5	56,9	59,0	57,0
2007 Jan.-set.	49,1	59,2	58,7	53,5	59,6	56,3	56,8	58,2	56,9
2008 Janeiro	47,9	57,6	58,3	53,2	59,2	56,9	56,4	61,4	56,8
Fevereiro	47,2	57,4	59,1	53,3	59,3	56,7	56,5	61,7	56,9
Março	46,7	57,0	58,5	53,7	59,8	57,1	56,7	61,9	57,1
Abril	46,0	56,9	59,5	53,9	60,0	57,1	56,9	61,6	57,2
Mai	45,2	56,2	58,7	53,4	60,1	57,9	56,6	61,6	57,0
Junho	46,5	56,5	59,3	53,7	60,5	57,5	57,1	61,5	57,4
Julho	48,2	56,3	59,3	53,9	59,9	57,7	57,0	62,0	57,4
Agosto	46,7	56,7	59,5	54,0	60,0	57,3	57,0	60,9	57,3
Setembro	48,2	56,9	59,4	54,5	60,5	57,7	57,4	n.d.	n.d.
Jan.-set./2008	47,0	56,8	59,1	53,7	59,9	57,3	56,8	61,6	57,2

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA I.6

Taxa de participação por gênero (Em %)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	66,3	45,7
2003	67,7	47,8
2004	67,3	48,3
2005	66,7	47,7
2006	66,8	48,1
2007	66,5	48,5
2007 Jan.-set.	66,5	48,4
2008 Janeiro	66,1	47,9
Fevereiro	66,2	48,0
Março	66,5	48,1
Abril	66,9	48,2
Mai	66,4	48,2
Junho	67,0	48,5
Julho	66,6	48,7
Agosto	66,6	48,6
Setembro	67,0	49,2
Jan.-set./2008	66,6	48,4

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.7

Taxa de participação por grau de instrução (Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 ^a	40,9	57,1	74,9
2003	42,1	58,9	76,2
2004	41,3	58,4	76,3
2005	39,9	56,9	75,9
2006	39,1	57,4	76,2
2007	38,1	57,2	76,2
2007 Jan.-set.	38,2	56,9	76,1
2008 Janeiro	37,4	55,5	75,3
Fevereiro	37,4	55,4	75,3
Março	37,4	56,0	75,5
Abril	37,6	55,9	75,9
Maio	37,3	56,2	75,7
Junho	37,6	56,6	76,4
Julho	37,4	56,7	76,3
Agosto	37,1	56,9	76,4
Setembro	37,1	57,4	77,1
Jan.-set./2008	37,4	56,3	76,0

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.8

Taxa de participação por faixa etária (Em %)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a	2,6	24,0	68,3	76,6	36,0
2003	3,5	26,0	70,2	78,5	38,0
2004	3,0	25,5	70,8	78,8	38,2
2005	1,8	22,5	69,5	78,6	38,0
2006	2,0	23,6	70,6	79,1	38,3
2007	1,7	22,1	70,9	79,7	38,4
2007 Jan.-set.	1,7	22,5	71,0	79,6	38,2
2008 Janeiro	1,9	20,8	69,3	79,2	38,1
Fevereiro	2,1	22,4	69,1	79,3	38,4
Março	1,8	22,7	70,6	79,4	38,4
Abril	1,9	22,7	71,5	79,5	38,4
Maio	1,5	22,3	70,0	79,3	39,1
Junho	1,8	21,2	71,5	79,8	39,5
Julho	1,8	21,6	70,8	79,7	39,6
Agosto	1,4	21,5	70,0	79,8	40,1
Setembro	1,4	21,9	72,0	80,6	39,3
Jan.-set./2008	1,7	21,9	70,5	79,6	39,0

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.9

População economicamente inativa que gostaria de trabalhar

Período	Disponíveis		Não-disponíveis	Total
	Marginalmente ligadas à PEA ^a	Total		
2002 ^b	1.087	3.181	445	3.626
2003	989	2.823	407	3.230
2004	1.030	2.825	369	3.194
2005	1.037	2.828	348	3.175
2006	1.003	2.595	377	2.972
2007	933	2.331	418	2.749
2007 Jan.-set.	952	2.378	424	2.801
2008 Janeiro	982	2.352	389	2.741
Fevereiro	885	2.217	370	2.587
Março	825	2.150	366	2.516
Abril	813	2.145	381	2.526
Maio	868	2.234	404	2.639
Junho	801	2.170	386	2.556
Julho	825	2.165	399	2.565
Agosto	820	2.156	383	2.539
Setembro	752	1.933	393	2.326
Jan.-set./2008	841	2.169	386	2.555

Fonte: PME/IBGE.

^a Pessoas economicamente inativas que gostariam e estão disponíveis para trabalhar, e que estiveram na PEA no período de 358 dias anterior à semana de referência da pesquisa.

^b Média referente ao período mar.-dez.

II. OCUPAÇÃO

TABELA II.1

Nível de ocupação por região metropolitana

(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	1.188	1.254	1.828	4.618	7.420	1.576	17.885	n.d.	n.d.
2003	1.258	1.289	1.924	4.794	7.785	1.619	18.669	1.247	19.917
2004	1.267	1.335	2.012	4.895	8.098	1.654	19.260	1.281	20.541
2005	1.282	1.392	2.074	4.965	8.411	1.708	19.831	1.361	21.192
2006	1.317	1.425	2.195	5.038	8.568	1.739	20.282	1.372	21.654
2007	1.325	1.500	2.296	5.121	8.857	1.784	20.883	1.427	22.310
2007 Jan.-set.	1.320	1.489	2.275	5.093	8.775	1.765	20.718	1.395	22.112
2008 Janeiro	1.345	1.532	2.330	5.187	9.031	1.836	21.261	1.523	22.784
Fevereiro	1.312	1.509	2.344	5.161	9.009	1.824	21.160	1.512	22.672
Março	1.324	1.484	2.341	5.225	9.089	1.819	21.282	1.526	22.808
Abril	1.314	1.498	2.398	5.225	9.121	1.831	21.387	1.517	22.904
Maio	1.295	1.486	2.372	5.217	9.234	1.873	21.476	1.526	23.002
Junho	1.344	1.487	2.392	5.253	9.378	1.869	21.723	1.525	23.248
Julho	1.361	1.489	2.410	5.217	9.300	1.890	21.668	1.538	23.206
Agosto	1.349	1.513	2.437	5.259	9.373	1.888	21.820	1.533	23.353
Setembro	1.387	1.528	2.431	5.299	9.434	1.900	21.979	n.d.	n.d.
Jan.-set./2008	1.337	1.503	2.384	5.227	9.219	1.859	21.528	1.525	22.997

Fontes: PME/IBGE e PME/lpades.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA II.2

Nível de ocupação por gênero

(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	10.248	7.636
2003	10.641	8.029
2004	10.895	8.364
2005	11.156	8.675
2006	11.351	8.931
2007	11.622	9.260
2007 Jan.-set.	11.544	9.174
2008 Janeiro	11.816	9.445
Fevereiro	11.824	9.336
Março	11.893	9.389
Abril	11.920	9.467
Maio	11.911	9.565
Junho	12.016	9.707
Julho	11.966	9.702
Agosto	12.038	9.782
Setembro	12.095	9.884
Jan.-set./2008	11.942	9.586

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.3

Nível de ocupação por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em mil pessoas)

Período	0	1-3	4-7	8-10	> = 11
2002 ^a	557	1.189	4.447	3.478	8.173
2003	565	1.183	4.610	3.560	8.716
2004	531	1.131	4.628	3.590	9.339
2005	484	1.103	4.573	3.656	9.981
2006	480	1.072	4.470	3.666	10.558
2007	433	996	4.433	3.743	11.248
2007 Jan.-set.	437	1.003	4.419	3.704	11.123
2008 Janeiro	392	964	4.389	3.706	11.792
Fevereiro	376	961	4.318	3.723	11.752
Março	368	954	4.322	3.830	11.771
Abril	357	953	4.384	3.764	11.889
Maio	360	934	4.427	3.861	11.864
Junho	390	955	4.510	3.844	11.998
Julho	401	962	4.453	3.842	11.982
Agosto	393	937	4.454	3.900	12.106
Setembro	392	915	4.464	3.856	12.322
Jan.-set./2008	381	948	4.414	3.814	11.942

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.4

Nível de ocupação por faixa etária

(Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a	78	376	3.152	11.445	2.833
2003	105	383	3.144	11.909	3.128
2004	89	390	3.200	12.215	3.366
2005	54	352	3.208	12.638	3.579
2006	61	369	3.224	12.868	3.759
2007	53	345	3.263	13.237	3.984
2007 Jan.-set.	51	348	3.246	13.122	3.951
2008 Janeiro	58	320	3.239	13.585	4.059
Fevereiro	63	340	3.191	13.438	4.127
Março	53	364	3.229	13.479	4.157
Abril	52	350	3.362	13.424	4.199
Maio	49	357	3.344	13.423	4.303
Junho	58	347	3.397	13.539	4.382
Julho	57	361	3.370	13.484	4.396
Agosto	47	358	3.402	13.548	4.465
Setembro	45	358	3.469	13.720	4.388
Jan.-set./2008	54	350	3.334	13.516	4.275

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

II. OCUPAÇÃO

TABELA II.5

Nível de ocupação por posição na ocupação (Em mil pessoas)

Período	Empregados				Conta-própria	Empregadores	Não-remunerados	Total
	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Não-remunerados				
2002 ^a	8.141	3.796	1.354	12	3.469	897	217	17.885
2003	8.266	4.090	1.370	12	3.729	1.025	177	18.669
2004	8.425	4.339	1.397	9	3.910	1.012	167	19.260
2005	8.920	4.431	1.452	8	3.843	1.021	156	19.831
2006	9.351	4.389	1.495	8	3.881	1.005	153	20.282
2007	9.840	4.322	1.532	8	4.043	994	144	20.883
2007 Jan.-set.	9.716	4.317	1.528	8	989	4.013	146	20.718
2008 Janeiro	10.259	4.204	1.557	12	4.110	972	148	21.261
Fevereiro	10.258	4.085	1.602	4	4.032	1.026	152	21.160
Março	10.294	4.129	1.642	4	4.090	970	152	21.282
Abril	10.465	4.148	1.602	9	3.994	1.025	144	21.387
Maiο	10.482	4.219	1.615	15	4.011	993	140	21.476
Junho	10.556	4.269	1.624	12	4.103	1.010	149	21.723
Julho	10.518	4.366	1.596	14	4.010	1.016	147	21.668
Agosto	10.526	4.406	1.669	7	4.108	973	131	21.820
Setembro	10.642	4.428	1.664	6	4.092	1.018	128	21.979
Jan.-set./2008	10.445	4.251	1.619	9	4.061	1.001	144	21.528

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.6

Empregados por categoria de ocupação (Em mil pessoas)

Período	Setor privado		Setor público			Domésticos	
	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Com carteira	Sem carteira
2002 ^a	7.261	2.639	380	273	1.354	500	885
2003	7.412	2.902	357	274	1.370	498	914
2004	7.561	3.058	344	292	1.397	520	989
2005	7.984	3.102	357	283	1.452	579	1.047
2006	8.397	2.994	373	305	1.495	581	1.090
2007	8.864	2.907	366	306	1.532	611	1.108
2007 Jan.-set.	8.740	2.893	367	309	1.528	609	1.116
2008 Janeiro	9.309	2.866	360	279	1.557	590	1.059
Fevereiro	9.304	2.766	364	288	1.602	590	1.032
Março	9.338	2.819	348	298	1.642	609	1.012
Abril	9.476	2.784	369	290	1.602	620	1.074
Maiο	9.485	2.829	368	304	1.615	630	1.086
Junho	9.532	2.905	380	292	1.624	645	1.072
Julho	9.494	2.995	370	308	1.596	654	1.063
Agosto	9.550	3.028	354	308	1.669	621	1.070
Setembro	9.654	3.035	363	305	1.664	624	1.088
Jan.-set./2008	9.460	2.892	364	297	1.619	620	1.062

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.7
Nível de ocupação por setor de atividade
 (Em mil pessoas)

Período	Indústria ^a	Construção	Comércio ^b	Intermediação financeira ^c	Administração pública ^d	Serviços domésticos	Outros serviços ^e	Outras atividades ^f
2002 ^g	3.143	1.366	3.698	2.313	2.872	1.385	3.000	106
2003	3.287	1.409	3.764	2.507	2.951	1.412	3.186	153
2004	3.410	1.408	3.832	2.637	3.022	1.509	3.306	135
2005	3.509	1.436	3.905	2.758	3.105	1.626	3.362	129
2006	3.537	1.457	3.967	2.897	3.177	1.671	3.449	127
2007	3.568	1.507	4.049	3.109	3.258	1.719	3.541	131
2007 Jan.-set.	3.533	1.507	4.006	3.105	3.231	1.724	3.480	131
2008 Janeiro	3.602	1.480	4.099	3.185	3.304	1.650	3.829	113
Fevereiro	3.549	1.513	4.145	3.188	3.349	1.621	3.685	109
Março	3.575	1.577	4.091	3.223	3.367	1.621	3.719	110
Abril	3.633	1.577	4.118	3.258	3.361	1.695	3.625	120
Maió	3.727	1.573	4.130	3.292	3.362	1.716	3.562	116
Junho	3.752	1.570	4.215	3.281	3.435	1.717	3.629	125
Julho	3.750	1.567	4.124	3.286	3.451	1.717	3.649	122
Agosto	3.847	1.582	4.053	3.341	3.473	1.692	3.700	132
Setembro	3.763	1.610	4.185	3.341	3.455	1.712	3.778	133
Jan.-set./2008	3.689	1.561	4.129	3.266	3.395	1.682	3.686	120

Fonte: PME/IBGE.

^a Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

^b Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis.

^c Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.

^d Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.

^e Atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

^f Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

^g Média referente ao período mar.-dez.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.1
Admissões por UF

	2000 ^a	2001 ^a	2002 ^a	2003 ^a	2004 ^a	2005 ^a	2006 ^a	2007 ^a	Jan.-set./ 2007 ^b	Jan./2008	Fev./2008	Mar./2008	Abr./2008	Mai./2008	Jun./2008	Jul./2008	Ago./2008	Set./2008	Jan.-set./ 2008 ^b	
RO	46.788	49.073	51.199	55.768	65.619	69.691	69.649	79.334	61.307	6.563	7.427	7.509	7.509	7.357	7.809	7.977	9.085	8.796	8.871	71.394
AC	9.572	11.416	11.687	10.728	11.884	14.943	17.580	16.278	12.768	1.756	1.806	1.668	1.494	1.494	2.115	1.958	2.059	1.854	1.881	16.591
AM	83.079	89.022	86.413	88.113	117.620	131.903	143.625	161.560	121.760	14.124	14.091	15.031	14.650	15.307	18.127	17.873	18.707	19.371	19.371	147.281
RR	4.958	6.015	5.221	5.966	7.311	8.228	7.937	9.522	7.060	1.071	1.061	1.202	1.318	913	901	1.026	992	1.161	9645	9.645
PA	129.505	143.350	143.755	160.830	201.677	208.479	221.093	243.209	183.926	20.439	21.481	21.205	21.569	21.996	24.800	26.179	27.784	26.178	26.178	211.631
AP	9.923	9.735	9.491	10.699	12.901	14.584	15.290	18.041	13.320	1.311	1.515	1.551	1.800	1.745	1.856	2.046	2.406	2.073	16.303	16.303
TO	27.829	29.963	31.305	32.726	41.636	42.363	44.209	52.139	39.571	4.347	4.183	4.580	5.364	5.597	6.259	5.350	5.048	5.890	46.618	46.618
MA	57.334	69.239	60.558	62.670	70.431	85.854	94.335	111.763	85.662	9.504	9.382	10.608	12.073	11.466	13.719	16.108	14.665	13.199	110.724	110.724
PI	47.854	48.127	46.875	46.111	48.839	54.121	59.823	61.787	46.623	4.818	5.110	5.495	5.671	6.170	7.173	6.729	7.312	7.181	55.659	55.659
CE	212.751	223.517	215.582	210.583	227.205	240.637	267.041	295.833	219.272	25.347	24.957	26.097	24.187	27.177	32.364	36.363	33.610	31.616	261.718	261.718
RN	85.770	103.114	97.748	105.122	137.285	137.839	146.967	146.384	111.056	11.661	11.592	12.230	12.052	12.118	14.382	16.639	19.318	15.743	125.735	125.735
PB	69.315	78.281	74.189	67.107	73.471	79.613	84.592	92.780	70.272	7.705	7.606	7.413	7.487	7.179	7.862	10.665	15.309	10.154	81.380	81.380
PE	240.023	270.845	254.078	251.413	274.965	311.754	333.564	353.967	288.446	28.109	26.699	27.494	27.726	30.053	33.264	33.388	39.525	64.531	310.789	310.789
AL	80.891	93.729	88.185	93.277	99.851	103.837	110.055	109.173	86.516	6.270	5.583	6.340	6.995	6.220	5.825	8.032	8.013	42.971	93.887	93.887
SE	51.094	54.826	55.944	52.951	61.982	64.234	70.359	75.928	56.738	6.694	6.993	6.340	6.995	7.045	6.921	7.278	8.243	9.387	65.896	65.896
BA	338.769	357.821	348.538	349.688	406.076	470.493	473.212	531.251	403.701	47.566	43.998	51.697	55.627	57.099	52.442	55.941	54.056	54.895	473.321	473.321
MG	1.271.750	1.284.887	1.276.156	1.275.231	1.452.415	1.579.880	1.706.007	1.820.555	1.411.828	146.832	161.413	172.647	179.540	182.405	220.247	204.001	186.165	190.698	1.643.948	1.643.948
ES	207.676	221.636	221.484	222.795	255.143	291.455	314.285	339.581	262.683	28.498	32.037	33.046	35.766	41.323	37.474	34.291	33.905	32.558	308.898	308.898
RJ	966.615	1.009.454	890.500	863.172	930.436	1.017.193	1.047.227	1.168.783	877.776	102.461	101.869	117.992	115.025	111.000	117.440	124.213	117.877	123.318	1.031.195	1.031.195
SP	3.142.311	3.342.485	3.067.642	2.972.094	3.426.878	3.811.240	4.074.928	4.635.279	3.582.216	434.228	466.625	469.995	530.394	451.610	480.371	474.689	474.671	477.837	4.260.420	4.260.420
PR	656.104	735.560	710.236	735.432	860.828	898.971	933.008	1.067.382	819.320	99.429	106.061	117.350	85.495	81.739	74.638	79.031	81.405	82.162	113.657	984.188
SC	468.212	525.573	531.525	556.244	655.009	692.088	730.675	830.160	623.779	84.953	91.470	85.495	81.739	74.638	79.031	81.405	82.162	82.778	743.671	743.671
RS	761.293	814.128	757.568	777.864	914.638	869.708	881.310	986.199	731.827	101.674	105.541	113.092	105.505	89.188	89.983	96.814	95.235	97.900	894.932	894.932
MS	113.595	127.138	131.314	140.349	162.065	163.467	170.662	193.899	147.889	21.722	21.022	22.682	22.096	21.846	21.464	20.609	20.391	20.592	192.424	192.424
MT	151.152	174.754	182.489	201.391	253.451	240.380	227.021	268.853	213.078	26.572	29.480	26.738	28.573	27.225	31.142	31.110	28.981	30.613	260.434	260.434
GO	265.797	292.087	298.605	301.347	346.598	380.208	386.167	454.710	349.304	45.502	46.287	45.415	53.816	46.808	49.804	46.436	47.146	48.059	429.273	429.273
DF	168.172	185.868	164.092	159.672	180.282	195.838	200.528	216.939	162.114	19.766	21.619	23.486	22.059	20.525	22.768	21.585	23.931	21.459	197.198	197.198
Total	9.668.132	10.351.643	9.812.379	9.809.343	11.296.496	12.179.001	12.831.149	14.341.289	10.969.812	1.308.922	1.376.908	1.433.140	1.503.158	1.389.589	1.492.051	1.502.808	1.484.006	1.554.571	13.045.153	13.045.153

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

^b Soma dos meses de janeiro a setembro.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.2
Desligamentos por UF

	2000 ^a	2001 ^a	2002 ^a	2003 ^a	2004 ^a	2005 ^a	2006 ^a	2007 ^a	Jan.-set./ 2007 ^b	Jan./2008	Fev./2008	Mar./2008	Abr./2008	Mai./2008	Jun./2008	Jul./2008	Ago./2008	Set./2008	Jan.-set./ 2008 ^b
RO	43.913	46.598	46.444	52.369	59.584	64.807	64.978	71.001	51.711	6.028	6.819	7.008	6.674	7.680	6.597	8.177	7.434	7.405	63.822
AC	8.241	9.994	10.872	10.881	11.064	12.607	16.400	16.374	11.840	2.166	1.679	1.591	1.312	1.299	1.321	1.716	1.508	1.661	14.253
AM	70.035	82.873	75.316	77.977	94.889	111.964	130.620	138.976	101.462	13.284	13.594	12.977	11.869	13.266	12.125	14.344	14.073	15.294	120.826
RR	4.813	5.612	5.180	5.719	6.397	6.765	7.269	8.180	5.970	786	959	891	955	1.212	1.103	1.218	1.064	1.115	9.303
PA	114.331	131.949	130.435	148.360	163.473	190.682	200.287	215.206	158.499	20.808	20.558	22.652	19.600	19.946	19.303	22.468	21.845	22.634	189.814
AP	8.549	8.980	8.704	10.938	9.995	13.273	13.878	16.337	11.822	1.603	1.562	1.380	1.338	1.531	1.530	1.806	2.022	1.785	14.557
TO	26.223	30.406	30.880	29.700	35.833	41.369	42.069	45.034	31.436	3.730	3.793	4.027	4.407	4.262	4.471	5.146	4.697	5.325	39.858
MA	53.488	65.606	57.316	56.577	60.392	72.972	80.603	95.585	69.412	8.950	8.367	9.360	9.164	9.761	10.274	10.808	9.850	9.034	85.568
PI	45.542	48.283	41.549	44.158	42.949	47.559	52.283	53.886	40.463	4.801	4.955	5.045	4.294	4.260	4.614	5.736	5.194	5.063	43.962
CE	194.972	206.436	184.751	191.938	195.965	209.762	233.481	256.111	191.154	30.252	26.500	23.124	23.302	23.667	22.801	25.734	23.663	24.020	223.063
RN	76.808	97.249	86.992	98.042	119.293	119.443	131.626	131.380	97.326	13.570	14.653	11.417	11.656	11.267	10.940	12.296	12.158	11.150	109.107
PB	64.310	78.422	67.029	70.459	60.758	68.845	71.516	80.623	62.826	7.387	13.666	10.918	6.639	6.547	6.137	7.179	7.118	6.587	72.178
PE	220.157	257.336	236.905	237.584	237.539	271.524	294.679	307.619	232.949	30.776	31.469	36.176	31.755	25.692	21.907	27.006	26.158	26.389	257.328
AL	68.987	86.998	80.373	82.405	90.169	98.132	98.000	109.678	88.381	7.449	8.111	23.578	16.307	13.865	5.541	5.814	6.507	6.219	93.391
SE	47.850	54.030	45.108	50.469	52.091	56.590	62.771	67.143	50.052	6.650	5.730	6.369	6.672	6.871	5.751	6.498	5.829	5.822	56.192
BA	309.138	344.672	311.240	323.186	353.352	406.541	448.123	472.531	347.647	44.852	43.188	41.102	43.637	43.480	46.015	49.256	49.263	49.582	410.375
MG	1.232.164	1.253.526	1.180.740	1.199.582	1.277.161	1.424.471	1.553.713	1.652.157	1.238.650	136.377	133.621	139.626	143.946	144.437	146.587	172.158	166.395	178.658	1.361.805
ES	189.419	199.816	197.932	209.792	219.136	250.795	282.316	314.507	237.196	26.731	27.813	28.395	27.563	30.319	36.249	32.437	30.385	27.344	267.236
RJ	905.395	950.034	817.854	804.625	822.606	896.082	931.069	1.023.997	775.595	102.644	91.581	99.109	94.201	94.805	100.319	105.199	100.312	100.874	889.044
SP	2.901.429	3.159.516	2.867.964	2.800.585	2.929.226	3.338.509	3.602.301	4.023.740	2.900.167	369.116	367.973	379.413	385.455	375.876	377.645	410.624	391.079	405.569	3.462.750
PR	627.961	681.703	651.647	673.062	738.180	826.597	846.612	945.021	687.812	87.112	91.331	92.265	91.037	86.273	92.553	99.259	93.209	96.253	829.292
SC	438.133	473.725	482.084	510.563	564.258	628.457	669.353	746.530	555.078	67.401	78.521	79.591	74.152	70.455	70.390	73.820	70.011	70.404	654.745
RS	707.801	763.819	714.880	730.183	797.816	843.445	829.211	891.875	669.875	82.645	85.461	94.618	91.927	86.892	81.993	92.292	90.421	87.360	793.609
MS	107.130	116.204	119.843	127.849	141.978	158.855	164.155	181.977	129.484	17.636	16.992	17.772	19.504	18.520	17.955	21.557	18.829	18.406	167.171
MT	147.069	161.772	171.610	185.078	225.683	246.156	222.890	244.297	174.523	19.888	20.476	23.712	25.167	24.343	21.808	25.323	26.010	27.217	213.944
GO	243.807	270.706	279.342	280.568	309.345	348.536	365.106	413.557	289.040	34.345	34.610	36.483	39.073	40.326	37.925	41.614	40.184	41.976	346.536
DF	152.871	174.299	146.975	151.261	154.088	170.482	187.154	200.575	152.450	19.014	17.963	17.985	17.030	19.753	18.755	20.105	19.665	18.584	168.854
Total	9.010.536	9.760.564	9.049.965	9.163.910	9.773.220	10.925.020	11.602.463	12.723.897	9.362.820	1.166.001	1.171.945	1.226.584	1.208.636	1.186.605	1.182.609	1.299.590	1.244.883	1.271.730	10.958.583

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

^b Soma dos meses de janeiro a setembro.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.3
Variação do nível de emprego por UF

	2000 ^a	2001 ^a	2002 ^a	2003 ^a	2004 ^a	2005 ^a	2006 ^a	2007 ^a	Jan.-set./ 2007 ^b	Jan./2008	Fev./2008	Mar./2008	Abr./2008	Mai./2008	Jun./2008	Jul./2008	Ago./2008	Set./2008	Jan./set./ 2008 ^b
RO	2.875	2.475	4.755	3.399	6.035	4.884	4.671	8.333	9.596	535	608	501	683	129	1.380	908	1.362	1.466	7.572
AC	1.331	1.422	815	-153	820	2.336	1.180	-96	928	-410	127	77	182	816	637	343	346	220	2.338
AM	13.044	6.149	11.097	10.136	22.731	19.939	13.005	22.584	20.298	840	497	2.054	2.781	2.041	6.002	3.529	4.634	4.077	26.455
RR	145	403	41	247	914	1.463	668	1.342	1.090	285	102	311	363	-299	-202	-192	-72	46	342
PA	15.174	11.401	13.320	12.470	38.204	17.797	20.806	28.003	25.427	-369	923	-1.447	1.969	2.050	5.497	3.711	5.939	3.544	21.817
AP	1.374	755	787	-239	2.906	1.311	1.412	1.704	1.498	-292	-47	171	462	214	326	240	384	288	1.746
TO	1.606	-443	425	3.026	5.803	994	2.140	7.105	8.135	617	390	553	957	1.335	1.788	204	351	565	6.760
MA	3.846	3.633	3.242	6.093	10.039	12.882	13.732	16.178	16.250	554	1.015	1.248	2.909	1.705	3.445	5.300	4.815	4.165	25.156
PI	2.312	-156	5.326	1.953	5.890	6.562	7.540	7.901	6.160	17	155	450	1.377	1.910	2.559	993	2.118	2.118	11.697
CE	17.779	17.081	30.831	18.645	31.240	30.875	33.560	39.722	28.118	-4.905	-1.543	2.973	885	3.510	9.563	10.629	9.947	7.596	38.655
RN	8.962	5.865	10.756	7.080	17.992	18.396	15.341	15.004	13.730	-1.909	-3.061	813	396	851	3.442	4.343	7.160	4.593	16.628
PB	5.005	-141	7.160	-3.352	12.713	10.768	13.076	12.157	7.446	318	-6.060	-3.505	848	632	1.725	3.486	8.191	3.567	9.202
PE	19.866	13.509	17.173	13.829	37.426	40.230	38.885	46.348	35.497	-2.667	-4.770	-8.682	-4.029	4.361	11.357	6.382	13.367	38.142	53.461
AL	11.904	6.731	7.812	10.872	9.682	5.705	12.055	-505	-1.865	-1.179	-2.528	-18.496	-10.416	-7.645	284	2.218	1.506	36.752	496
SE	3.244	796	10.836	2.482	9.891	7.644	7.588	8.785	6.686	44	1.263	-29	323	174	1.170	780	2.414	3.565	9.704
BA	29.631	13.149	37.298	26.502	52.724	63.952	25.089	58.720	56.054	2.714	810	10.595	11.990	13.619	6.427	6.685	4.793	5.313	62.946
MG	39.586	31.361	95.416	75.649	175.254	155.409	152.294	168.398	173.178	10.455	27.792	33.021	35.594	37.968	73.660	31.843	19.770	12.040	282.143
ES	18.257	21.820	23.552	13.003	36.007	40.660	31.969	25.074	25.487	1.767	4.224	4.651	8.203	11.004	1.225	1.854	3.520	5.214	41.662
RJ	61.220	59.420	72.646	58.547	107.830	121.111	116.158	144.786	102.181	-183	10.288	18.883	20.824	16.195	17.121	19.014	17.565	22.444	142.151
SP	240.882	182.969	199.678	171.509	497.652	472.931	472.627	611.539	682.049	65.112	98.652	90.582	144.939	75.734	102.726	64.065	83.592	72.268	797.670
PR	28.143	53.857	58.589	62.370	122.648	72.374	86.396	122.361	131.508	12.317	14.730	25.085	26.347	16.739	13.944	13.635	14.695	17.404	154.896
SC	30.079	51.848	49.441	45.681	90.751	63.631	61.322	83.630	68.701	17.552	12.949	5.904	7.587	4.183	8.641	7.585	12.151	12.374	88.926
RS	53.492	50.309	42.688	47.681	116.822	26.263	52.099	94.324	61.952	19.029	20.080	18.474	13.578	2.296	7.990	4.522	4.814	10.540	101.323
MS	6.465	10.934	11.471	12.500	20.087	4.612	6.507	11.922	18.405	4.086	4.030	4.910	2.592	3.326	3.509	-948	1.562	2.186	25.253
MT	4.083	12.982	10.879	16.313	27.768	-5.776	4.131	24.556	38.555	6.684	9.004	3.026	3.406	2.882	9.334	5.787	2.971	3.396	46.490
GO	21.990	21.381	19.263	20.779	37.253	31.672	21.061	41.153	60.264	11.157	11.677	8.932	14.743	6.482	11.879	4.822	6.962	6.083	82.737
DF	15.301	11.569	17.117	8.411	26.194	25.356	13.374	16.364	9.664	752	3.656	5.501	5.029	772	4.013	1.480	4.266	2.875	28.344
Total	657.596	591.079	762.414	645.433	1.523.276	1.253.981	1.228.686	1.617.392	1.606.992	142.921	204.963	206.556	294.522	202.984	309.442	203.218	239.123	282.841	2.086.570

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

^b Soma dos meses de janeiro a setembro.

TABELA III.4
Admissões por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999 ^a	30.619	1.794.460	50.091	919.971	1.882.359	2.940.430	86.262	457.624	19.609	8.181.425
2000 ^a	36.878	2.066.171	46.848	1.052.518	2.109.061	3.426.286	79.794	840.289	10.287	9.668.132
2001 ^a	34.171	2.121.599	66.214	1.116.777	2.293.126	3.712.195	97.241	905.673	4.647	10.351.643
2002 ^a	31.582	2.026.046	46.818	1.032.656	2.234.658	3.402.894	88.016	949.651	59	9.812.380
2003 ^a	33.158	2.040.075	39.441	926.269	2.274.583	3.390.358	72.855	1.031.572	1.032	9.809.343
2004 ^a	40.357	2.512.042	47.204	1.005.910	2.639.535	3.767.385	72.036	1.211.892	135	11.296.496
2005 ^a	45.115	2.551.984	63.288	1.091.798	2.912.498	4.218.210	97.546	1.198.355	207	12.179.001
2006 ^a	46.759	2.692.463	66.406	1.257.480	2.940.198	4.717.250	85.068	1.025.525	0	12.831.149
2007 ^a	48.370	3.126.985	61.347	1.428.582	3.298.542	4.969.393	97.321	1.310.749	0	14.341.289
2007 ^b Jan.-set.	37.980	2.459.600	47.411	1.082.753	2.389.872	3.766.221	82.601	1.103.374	0	10.969.812
2008 Janeiro	3.889	289.510	6.321	151.881	290.635	451.792	6.078	108.816	0	1.308.922
Fevereiro	4.036	306.688	6.149	145.455	284.034	488.789	21.563	120.194	0	1.376.908
Março	4.672	324.427	7.178	151.821	308.929	512.047	12.361	111.705	0	1.433.140
Abril	5.243	357.259	6.833	158.097	312.357	513.161	11.715	138.493	0	1.503.158
Maiο	5.164	297.417	6.299	158.829	300.341	472.059	8.224	141.256	0	1.389.589
Junho	5.083	305.198	6.100	169.360	315.756	492.507	9.390	188.657	0	1.492.051
Julho	5.131	311.570	6.200	180.852	322.898	509.570	13.666	152.921	0	1.502.808
Agosto	5.102	319.198	6.046	177.557	327.209	531.702	6.911	110.281	0	1.484.006
Setembro	5.285	376.379	6.009	180.580	338.907	537.091	5.361	104.959	0	1.554.571
Jan.-set./2008 ^b	43.605	2.887.646	57.135	1.474.432	2.801.066	4.508.718	95.269	1.177.282	0	13.045.153

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.^b Soma dos meses de janeiro a setembro.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.5
Desligamentos por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Slup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999 ^a	31.951	1.779.561	66.090	1.033.114	1.867.783	2.925.528	77.086	577.175	19.138	8.377.426
2000 ^a	33.169	1.873.308	62.138	1.054.145	1.933.589	3.142.358	76.612	830.494	4.723	9.010.536
2001 ^a	31.720	2.017.777	64.674	1.150.181	2.083.321	3.401.233	85.467	922.801	3.390	9.760.564
2002 ^a	25.999	1.864.875	41.541	1.062.081	1.951.397	3.117.097	77.812	909.072	91	9.049.965
2003 ^a	26.553	1.911.284	36.294	974.424	2.048.675	3.130.073	63.025	973.374	208	9.163.910
2004 ^a	30.020	2.007.432	42.638	955.147	2.235.595	3.297.262	72.418	1.132.618	90	9.773.220
2005 ^a	35.585	2.374.436	49.755	1.006.745	2.522.683	3.648.505	75.947	1.211.233	131	10.925.020
2006 ^a	34.707	2.442.224	59.037	1.171.684	2.603.404	4.195.641	76.815	1.018.951	0	11.602.463
2007 ^a	38.608	2.732.401	53.595	1.251.827	2.893.451	4.382.290	82.069	1.289.656	0	12.723.897
2007 ^b Jan.-set.	29.093	1.979.582	40.316	909.613	2.178.360	3.268.496	51.240	906.120	0	9.362.820
2008 Janeiro	3.148	230.465	4.956	113.238	304.779	402.715	5.919	100.781	0	1.166.001
Fevereiro	3.320	259.876	5.050	117.881	270.228	414.348	6.287	94.955	0	1.171.945
Março	3.433	284.038	5.542	118.384	289.335	422.975	6.614	96.263	0	1.226.584
Abril	3.175	274.519	5.227	126.026	277.624	415.735	6.464	99.866	0	1.208.636
Maio	3.300	260.716	5.591	130.159	270.420	416.698	5.572	94.149	0	1.186.605
Junho	3.338	252.984	5.231	132.602	267.543	419.071	5.763	96.077	0	1.182.609
Julho	3.681	274.075	5.080	145.774	297.606	458.278	7.115	107.981	0	1.299.590
Agosto	3.523	264.622	4.926	141.675	273.050	436.511	5.300	115.276	0	1.244.883
Setembro	3.804	262.377	4.963	147.811	285.647	432.438	4.419	130.271	0	1.271.730
Jan.-set./2008 ^b	30.722	2.363.672	46.566	1.173.550	2.536.232	3.818.769	53.453	935.619	0	10.958.583

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

^b Soma dos meses de janeiro a setembro.

TABELA III.6

Varição do nível de emprego formal por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999 ^a	-1.332	14.899	-15.999	-113.143	14.576	14.902	9.176	-119.551	471	-196.001
2000 ^a	3.709	192.863	-15.290	-1.627	175.472	283.928	3.182	9.795	5.564	657.596
2001 ^a	2.451	103.822	1.540	-33.404	209.805	310.962	11.774	-17.128	1.257	591.079
2002 ^a	5.583	161.171	5.277	-29.425	283.261	285.797	10.204	40.579	-33	762.414
2003 ^a	6.605	128.791	3.147	-48.155	225.908	260.285	9.830	58.198	824	645.433
2004 ^a	10.337	504.610	4.566	50.763	403.940	470.123	-382	79.274	45	1.523.276
2005 ^a	9.530	177.548	13.533	85.053	389.815	569.705	21.599	-12.878	47	1.253.952
2006 ^a	12.052	250.239	7.369	85.796	336.794	521.609	8.253	6.574	0	1.228.686
2007 ^a	9.762	394.584	7.752	176.755	405.091	587.103	15.252	21.093	0	1.617.392
2007 ^b Jan.-set.	8.887	480.018	7.095	173.140	211.512	497.725	31.361	197.254	0	1.606.992
2008 Janeiro	741	59.045	1.365	38.643	-14.144	49.077	159	8.035	0	142.921
Fevereiro	716	46.812	1.099	27.574	13.806	74.441	15.276	25.239	0	204.963
Março	1.239	40.389	1.636	33.437	19.594	89.072	5.747	15.442	0	206.556
Abril	2.068	82.740	1.606	32.071	34.733	97.426	5.251	38.627	0	294.522
Maiο	1.864	36.701	708	28.670	29.921	55.361	2.652	47.107	0	202.984
Junho	1.745	52.214	869	36.758	48.213	73.436	3.627	92.580	0	309.442
Julho	1.450	37.495	1.120	35.078	25.292	51.292	6.551	44.940	0	203.218
Agosto	1.579	54.576	1.120	35.882	54.159	95.191	1.611	-4.995	0	239.123
Setembro	1.481	114.002	1.046	32.769	53.260	104.653	942	-25.312	0	282.841
Jan.-set./2008 ^b	12.883	523.974	10.569	300.882	264.834	689.949	41.816	241.663	0	2.086.570

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.^b Soma dos meses de janeiro a setembro.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.1

Taxa de desemprego por região metropolitana: PME (Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	12,5	15,0	10,6	10,1	12,7	8,8	11,7	n.d.	n.d.
2003	13,8	16,7	10,8	9,2	14,1	9,5	12,3	8,9	12,1
2004	12,7	16,0	10,6	9,0	12,6	8,6	11,5	8,1	11,2
2005	13,2	15,5	8,8	7,7	10,2	7,4	9,8	7,4	9,7
2006	14,6	13,7	8,5	7,9	10,5	8,0	10,0	6,9	9,8
2007	12,0	13,7	7,6	7,2	10,1	7,3	9,3	6,2	9,1
2007 Jan.-set.	12,3	14,2	8,1	7,4	10,6	7,7	9,7	6,7	9,5
2008 Janeiro	10,1	11,3	6,7	6,4	8,6	6,2	8,0	4,8	7,8
Fevereiro	11,0	12,2	7,7	7,0	9,3	6,4	8,7	5,9	8,5
Março	9,7	12,8	7,2	6,7	9,4	6,9	8,6	5,8	8,4
Abril	9,3	11,9	6,9	7,1	9,4	6,7	8,5	6,3	8,3
Maiο	8,7	11,3	6,8	6,4	8,6	6,1	7,9	6,2	7,8
Junho	8,5	12,1	7,4	6,6	8,2	6,1	7,8	6,2	7,7
Julho	10,1	12,1	6,8	7,3	8,3	6,0	8,1	5,8	7,9
Agosto	8,3	11,6	6,1	6,9	8,0	5,3	7,6	5,4	7,4
Setembro	8,9	11,3	6,1	6,9	8,0	5,7	7,6	n.d.	n.d.
Jan.-set./2008	9,4	11,8	6,9	6,8	8,6	6,2	8,1	5,8	7,9

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA IV.2

Taxa de desemprego aberto: PED (Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2002 ^a	12,1	12,7	10,0	16,4	11,3	11,5
2003	12,7	14,5	11,0	17,1	13,6	14,7
2004	11,8	13,2	10,7	15,0	14,4	12,7
2005	10,6	12,4	10,3	14,3	13,8	11,0
2006	10,4	11,4	10,3	14,9	13,5	9,8
2007	10,1	11,5	9,6	13,9	12,4	8,8
2007 Jan.-set.	10,3	11,7	9,8	14,0	12,7	9,0
2008 Janeiro	9,3	10,9	8,4	11,7	11,3	8,2
Fevereiro	9,1	11,4	8,3	11,9	11,7	8,6
Março	9,6	12,2	8,7	12,3	12,3	8,7
Abril	9,8	12,4	9,0	12,6	12,6	8,6
Maiο	9,8	11,7	9,2	12,4	13,1	8,2
Junho	9,7	10,9	8,7	12,2	12,7	7,6
Julho	9,6	10,0	8,7	12,2	13,4	7,4
Agosto	9,4	10,1	8,3	12,2	13,0	7,4
Setembro	9,3	10,4	8,3	12,2	12,5	7,0
Jan.-set./2008	9,5	11,1	8,6	12,2	12,5	8,0

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.3

Taxa de desemprego oculto por desalento: PED
(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2002 ^a	2,0	3,6	1,8	3,2	4,5	2,4
2003	2,1	3,6	2,0	3,4	4,7	2,8
2004	1,9	3,7	1,7	3,1	4,5	2,6
2005	1,6	3,0	1,4	2,8	4,1	2,7
2006	1,5	3,2	1,3	2,1	3,8	2,0
2007	1,3	2,9	1,1	1,7	3,5	1,6
2007 Jan.-set.	1,3	2,9	1,1	1,8	3,7	1,7
2008 Janeiro	1,0	3,1	n.d.	2,1	3,0	1,5
Fevereiro	1,2	3,1	n.d.	2,8	3,1	1,5
Março	1,3	3,1	n.d.	2,9	3,2	1,5
Abril	1,1	2,9	n.d.	2,7	3,3	1,3
Maio	1,1	2,8	n.d.	2,5	2,9	1,2
Junho	1,1	2,8	n.d.	2,3	3,1	1,1
Julho	1,2	2,7	n.d.	2,3	3,5	1,2
Agosto	1,3	2,7	n.d.	2,2	3,6	1,2
Setembro	1,1	2,4	n.d.	1,9	3,2	1,3
Jan.-set./2008	1,2	2,8	n.d.	2,4	3,2	1,3

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA IV.4

Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED
(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2002 ^a	4,9	4,3	3,5	7,7	4,7	4,1
2003	5,1	4,6	3,6	7,6	4,6	4,7
2004	5,1	4,2	3,6	7,6	4,5	4,1
2005	4,9	3,7	2,9	7,4	4,3	3,3
2006	4,1	4,2	2,8	6,7	4,1	2,2
2007	3,6	3,4	2,4	6,2	4,0	1,8
2007 Jan.-set.	3,7	3,5	2,4	6,4	4,0	1,9
2008 Janeiro	3,3	2,9	n.d.	6,0	3,9	1,3
Fevereiro	3,3	3,1	n.d.	6,2	4,1	1,3
Março	3,4	2,9	n.d.	5,8	4,3	1,2
Abril	3,3	3,0	n.d.	5,5	4,2	1,3
Maio	3,3	2,9	n.d.	5,9	4,5	1,3
Junho	3,1	3,1	n.d.	6,1	4,8	1,2
Julho	3,2	3,1	n.d.	6,0	4,7	1,0
Agosto	3,3	3,1	n.d.	5,5	4,7	1,1
Setembro	3,1	3,0	n.d.	5,6	4,7	1,2
Jan.-set./2008	3,3	3,0	n.d.	5,8	4,4	1,2

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.5

Taxa de desemprego total: PED
(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2002 ^a	19,1	20,7	15,4	27,4	20,5	18,1
2003	19,9	22,8	16,6	28,1	22,9	19,8
2004	18,8	21,1	15,9	25,7	23,3	19,4
2005	17,0	19,1	14,6	24,5	22,2	16,9
2006	15,9	18,8	14,4	23,7	21,4	14,0
2007	15,0	17,8	12,9	21,9	19,9	12,3
2007 Jan.-set.	15,3	18,1	13,3	22,2	20,4	12,6
2008 Janeiro	13,6	16,9	11,2	19,8	18,2	11,0
Fevereiro	13,6	17,6	11,3	20,9	18,9	11,4
Março	14,3	18,2	11,7	21,0	19,8	11,4
Abril	14,2	18,4	12,0	20,8	20,1	11,2
Mai	14,1	17,4	12,2	20,8	20,5	10,7
Junho	13,9	16,9	11,9	20,6	20,6	9,9
Julho	14,1	15,8	11,9	20,4	21,6	9,6
Agosto	14,0	15,9	11,3	19,9	21,3	9,7
Setembro	13,5	15,8	11,2	19,7	20,4	9,5
Jan.-set./2008	13,9	17,0	11,6	20,4	20,2	10,5

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.6

Taxa de desemprego por gênero: PME
(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	9,9	13,9
2003	10,1	15,2
2004	9,1	14,4
2005	7,8	12,4
2006	8,1	12,2
2007	7,4	11,6
2007 Jan.-set.	7,7	12,0
2008 Janeiro	6,2	10,1
Fevereiro	6,7	11,1
Março	6,5	11,0
Abril	6,6	10,8
Mai	6,2	10,0
Junho	6,1	9,9
Julho	6,2	10,3
Agosto	5,9	9,6
Setembro	5,8	9,8
Jan.-set./2008	6,2	10,3

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.7

Taxa de desemprego por grau de instrução: PME
(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 ^a	12,0	15,4	9,6
2003	12,0	16,6	10,7
2004	10,5	15,8	10,4
2005	8,8	13,4	9,1
2006	8,9	13,6	9,2
2007	8,1	12,6	8,8
2007 Jan.-set.	8,4	13,0	9,2
2008 Janeiro	6,8	10,3	7,8
Fevereiro	7,4	11,7	8,3
Março	7,3	10,8	8,4
Abril	7,6	11,6	7,9
Maio	6,7	10,5	7,6
Junho	6,5	10,7	7,5
Julho	6,6	10,6	8,0
Agosto	6,5	10,1	7,3
Setembro	6,5	10,8	7,2
Jan.-set./2008	6,9	10,8	7,8

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.8

Taxa de desemprego por faixa etária: PME
(Em %)

Período	15-17	18-24	25-49	> = 50
2002 ^a	34,2	21,6	9,0	4,9
2003	38,2	23,4	9,4	5,3
2004	35,4	22,5	8,7	4,7
2005	33,3	20,6	7,4	3,7
2006	32,6	21,0	7,6	3,7
2007	31,9	19,8	7,2	3,2
2007 Jan.-set.	32,7	20,6	7,5	3,4
2008 Janeiro	30,7	17,5	6,1	2,8
Fevereiro	33,1	18,8	6,6	3,1
Março	30,3	19,3	6,4	3,0
Abril	33,2	17,9	6,6	2,9
Maio	30,6	16,9	6,2	2,5
Junho	27,6	16,9	6,1	2,8
Julho	25,6	17,0	6,6	3,0
Agosto	27,0	15,5	6,2	2,8
Setembro	27,8	15,5	6,2	2,8
Jan.-set./2008	29,5	17,3	6,3	2,9

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.9

Taxa de desemprego por posição na família: PME
(Em %)

Período	Chefe	Outros
2002 ^a	7,1	15,7
2003	7,2	16,9
2004	6,4	15,9
2005	5,6	13,6
2006	5,6	13,7
2007	5,0	12,9
2007 Jan.-set.	5,2	13,5
2008 Janeiro	4,3	11,1
Fevereiro	4,7	12,1
Março	4,4	12,1
Abril	4,5	12,0
Maio	4,2	11,1
Junho	4,2	11,0
Julho	4,4	11,3
Agosto	4,2	10,5
Setembro	4,3	10,5
Jan.-set./2008	4,4	11,3

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.10

Composição do desemprego por gênero: PME
(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	47,7	52,3
2003	45,4	54,6
2004	43,6	56,4
2005	43,5	56,5
2006	44,8	55,2
2007	43,4	56,6
2007 Jan.-set.	43,7	56,3
2008 Janeiro	42,3	57,7
Fevereiro	42,3	57,7
Março	41,8	58,2
Abril	42,3	57,7
Maio	42,5	57,5
Junho	42,2	57,8
Julho	41,5	58,5
Agosto	42,1	57,9
Setembro	41,0	59,0
Jan.-set./2008	42,0	58,0

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.11

Composição do desemprego por posição na família: PME
(Em %)

Período	Chefe	Outros
2002 ^a	29,1	70,9
2003	27,6	72,4
2004	26,1	73,9
2005	26,4	73,6
2006	26,1	73,9
2007	24,8	75,2
2007 Jan.-set.	24,7	75,3
2008 Janeiro	25,1	74,9
Fevereiro	24,8	75,2
Março	24,1	75,9
Abril	24,4	75,6
Maio	24,5	75,5
Junho	24,6	75,4
Julho	25,2	74,8
Agosto	25,9	74,1
Setembro	25,8	74,2
Jan.-set./2008	24,9	75,1

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.12

Composição do desemprego por faixa etária: PME
(Em %)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a	0,7	8,3	36,8	48,0	6,2
2003	0,9	9,0	36,5	47,0	6,6
2004	0,8	8,6	37,4	46,7	6,6
2005	0,5	8,1	38,5	46,4	6,4
2006	0,5	8,0	38,2	46,9	6,4
2007	0,6	7,6	37,7	48,0	6,2
2007 Jan.-set.	0,5	7,6	37,9	47,7	6,2
2008 Janeiro	0,8	7,7	37,3	47,9	6,3
Fevereiro	0,7	8,4	36,8	47,6	6,6
Março	0,7	7,9	38,8	46,0	6,5
Abril	1,0	8,7	36,7	47,3	6,3
Maio	0,5	8,5	37,0	48,1	5,9
Junho	0,6	7,2	37,4	48,0	6,9
Julho	0,6	6,5	36,1	49,7	7,1
Agosto	0,5	7,4	34,9	49,9	7,3
Setembro	0,6	7,6	35,1	49,8	7,0
Jan.-set./2008	0,7	7,8	36,7	48,3	6,6

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.13

Composição do desemprego por grau de instrução: PME

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 ^a	36,2	26,9	36,8
2003	33,2	26,9	39,9
2004	29,9	26,9	43,2
2005	27,7	26,1	46,2
2006	26,4	25,8	47,9
2007	24,2	25,2	50,7
2007 Jan.-set.	24,2	25,0	50,8
2008 Janeiro	22,9	23,2	53,9
Fevereiro	22,7	24,4	52,8
Março	22,5	23,2	54,3
Abril	23,7	24,8	51,5
Maio	22,5	24,7	52,8
Junho	22,3	25,0	52,7
Julho	21,8	23,9	54,3
Agosto	22,6	24,4	53,0
Setembro	22,1	25,6	52,3
Jan.-set./2008	22,6	24,4	53,1

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.14

Composição do desemprego por faixa de duração: PME

(Em %)

Período	<1	1-6	7-11	12-23	> = 24
2002 ^a	20,8	40,8	9,8	14,4	14,3
2003	18,3	47,6	10,8	12,0	11,4
2004	20,5	43,6	9,8	13,5	12,6
2005	22,5	43,9	9,1	12,7	11,8
2006	21,6	46,5	9,3	12,4	10,2
2007	24,3	46,7	8,3	12,2	8,5
2007 Jan.-set.	24,7	47,1	7,9	12,0	8,4
2008 Janeiro	26,4	43,9	7,8	13,2	8,7
Fevereiro	24,8	47,6	6,4	12,2	9,0
Março	22,0	50,7	6,6	11,3	9,4
Abril	22,0	51,0	6,0	11,8	9,1
Maio	23,5	48,6	7,6	11,5	8,8
Junho	23,4	50,0	7,1	10,7	8,8
Julho	24,4	49,3	7,6	9,8	8,8
Agosto	22,8	50,9	9,1	9,8	7,4
Setembro	23,9	49,1	10,9	9,0	7,2
Jan.-set./2008	23,7	49,0	7,7	11,0	8,6

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

V. SEGURO-DESEMPREGO

TABELA V.1

Requerentes, segurados e valor médio do benefício

Período	Requerentes	Segurados	Taxa de habilitação	VMB ^a
2002 ^b	4.884.001	4.803.535	98,35	1,42
2003 ^b	5.051.407	4.971.712	98,42	1,38
2004 ^b	4.892.760	4.812.008	98,35	1,39
2005 ^b	5.473.693	5.362.968	97,98	1,36
2006 ^b	5.857.041	5.749.511	98,18	1,31
2007 ^b	6.275.716	6.149.789	97,99	1,29
2007 Jan.-set. ^b	4.768.205	4.685.921	98,27	1,29
2008 Janeiro	612.956	598.699	97,67	1,31
Fevereiro	544.521	533.311	97,94	1,31
Março	593.803	580.837	97,82	1,26
Abril	597.068	583.523	97,73	1,26
Mai	566.087	552.906	97,67	1,26
Junho	560.663	544.871	97,18	1,26
Julho	593.693	570.149	96,03	1,26
Agosto	527.859	504.072	95,49	1,27
Setembro	424.450	402.774	94,89	1,28
Jan.-set./2008 ^a	5.021.100	4.871.142	97,01	1,28

Fonte: MTE.

Nota: A atualização das estatísticas do seguro-desemprego está sendo coletada na seção SAEG.net, no site do Ministério do Trabalho e Emprego.

^a Valor médio do benefício em SMR.

^b Os valores anuais se referem à soma dos valores dos respectivos anos diferentemente das demais tabelas que são médias.

VI. RENDIMENTOS

TABELA VI.1

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região (Em R\$ de setembro de 2008)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT ^a	Total
2002 ^b	922,12	927,96	1.097,07	1.267,48	1.426,23	1.183,01	1.268,52	n.d.	n.d.
2003	798,78	876,78	994,34	1.075,92	1.264,92	1.080,01	1.118,04	1.051,35	1.113,37
2004	778,88	858,83	992,18	1.063,46	1.245,04	1.086,81	1.104,18	1.084,59	1.102,81
2005	803,87	874,88	1.014,68	1.086,42	1.260,47	1.073,59	1.121,40	1.075,98	1.118,22
2006	841,90	922,25	1.055,17	1.116,12	1.324,62	1.109,40	1.166,14	1.160,60	1.165,75
2007	864,33	945,79	1.093,43	1.180,83	1.348,69	1.156,28	1.203,62	1.171,84	1.201,40
2007 Jan.-set.	860,18	939,18	1.087,27	1.181,35	1.345,97	1.150,48	1.200,72	1.141,51	1.196,58
2008 Janeiro	871,53	976,16	1.084,06	1.171,62	1.396,40	1.183,94	1.225,01	1.271,37	1.228,25
Fevereiro	867,00	1.014,83	1.102,05	1.172,48	1.409,59	1.220,83	1.238,12	1.263,95	1.239,92
Março	829,55	983,42	1.135,88	1.190,90	1.382,12	1.222,71	1.231,29	1.242,56	1.232,08
Abril	893,11	953,05	1.117,04	1.255,28	1.379,47	1.204,31	1.243,87	1.220,56	1.242,24
Maiο	842,50	990,61	1.130,29	1.234,25	1.364,87	1.173,56	1.232,04	1.209,92	1.230,50
Junho	812,19	999,98	1.108,57	1.255,45	1.355,83	1.162,77	1.228,69	1.166,14	1.224,31
Julho	828,01	1.001,09	1.135,42	1.262,03	1.349,90	1.148,66	1.230,09	1.193,52	1.227,53
Agosto	846,84	995,11	1.141,07	1.306,38	1.375,09	1.172,64	1.255,72	1.203,62	1.252,07
Setembro	852,90	1.051,70	1.179,40	1.287,50	1.390,50	1.184,40	1.267,30	n.d.	n.d.
Jan.-set./2008	849,29	996,22	1.125,98	1.237,32	1.378,20	1.185,98	1.239,12	1.221,45	1.237,89

Fontes: PME/IBGE e PME/lpades.

^a Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

^b Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA VI.2

Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região (Em R\$ de agosto de 2008)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT ^a	Total
2002 ^b	904,74	940,09	1.097,63	1.240,55	1.435,95	1.153,67	1.262,88	n.d.	n.d.
2003	780,73	871,14	986,32	1.077,81	1.242,56	1.067,34	1.105,76	1.018,34	1.099,64
2004	757,21	853,81	986,26	1.063,54	1.260,12	1.082,03	1.107,93	1.043,44	1.103,42
2005	807,90	892,89	1.022,09	1.091,33	1.281,08	1.082,24	1.134,47	1.064,47	1.129,57
2006	860,49	939,47	1.069,89	1.124,14	1.352,41	1.123,02	1.184,92	1.170,61	1.183,92
2007	886,22	976,93	1.105,05	1.195,84	1.379,16	1.178,94	1.227,13	1.202,50	1.225,41
2007 Jan.-ago.	847,83	934,24	1.059,26	1.173,96	1.330,73	1.142,28	1.187,61	1.133,19	1.183,80
2008 Janeiro	863,98	1.009,86	1.076,21	1.157,99	1.391,26	1.214,79	1.223,44	1.249,35	1.225,25
Fevereiro	814,80	968,69	1.105,34	1.171,65	1.370,64	1.211,38	1.215,22	1.224,89	1.215,90
Março	887,15	935,29	1.080,09	1.247,41	1.362,94	1.208,01	1.229,63	1.201,54	1.227,67
Abril	833,06	980,87	1.110,90	1.229,69	1.368,89	1.169,70	1.228,74	1.201,45	1.226,83
Maiο	804,61	994,66	1.087,71	1.254,27	1.351,75	1.164,46	1.223,58	1.144,82	1.218,07
Junho	811,29	990,76	1.113,41	1.250,61	1.337,78	1.148,00	1.217,58	1.173,01	1.214,46
Julho	824,51	966,50	1.119,27	1.304,49	1.370,75	1.162,54	1.246,36	1.175,82	1.241,43
Agosto	840,44	1.024,55	1.154,78	1.275,39	1.386,22	1.183,18	1.256,82	n.d.	n.d.
Jan.-ago./2008	834,98	983,90	1.105,96	1.236,44	1.367,53	1.182,76	1.230,17	1.195,84	1.227,77

Fontes: PME/IBGE e PME/lpades.

^a Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

^b Média referente ao período fev.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA VI.3

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação
(Em R\$ de setembro de 2008)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2002 ^a	1.228,11	775,77	1.895,50	1.767,56	1.089,44	1.268,52
2003	1.136,21	712,88	1.020,25	1.642,44	882,81	1.118,04
2004	1.133,16	708,56	988,89	1.608,20	877,63	1.104,18
2005	1.123,61	739,31	1.016,10	1.668,61	895,56	1.121,40
2006	1.162,51	762,68	1.057,80	1.759,65	938,15	1.166,14
2007	1.173,71	801,00	1.082,52	1.868,16	1.000,15	1.203,62
2007 Jan.-set.	1.175,46	796,72	1.082,08	1.851,01	995,85	1.200,72
2008 Janeiro	1.190,21	861,11	1.113,95	1.925,95	1.000,06	1.225,01
Fevereiro	1.180,37	836,79	1.103,06	1.924,34	1.005,45	1.238,12
Março	1.179,09	785,96	1.089,20	1.900,74	1.049,64	1.231,29
Abril	1.173,14	794,55	1.088,51	1.912,61	1.067,60	1.243,87
Mai	1.179,43	788,15	1.090,50	1.885,49	1.053,90	1.232,04
Junho	1.164,85	811,14	1.083,24	1.900,95	1.050,72	1.228,69
Julho	1.166,09	819,89	1.084,01	1.898,68	1.046,84	1.230,09
Agosto	1.211,15	843,66	1.123,91	1.954,34	1.068,32	1.255,72
Setembro	1.212,50	815,40	1.119,20	2.000,30	1.053,00	1.267,30
Jan.-set./2008	1.184,09	817,41	1.099,51	1.922,60	1.043,95	1.239,12

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA VI.4

Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação
(Em R\$ de agosto de 2008)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2002 ^a	1.250,96	750,10	1.117,32	1.795,72	1.041,01	1.262,88
2003	1.157,58	686,81	1.024,89	1.654,97	840,56	1.105,76
2004	1.162,04	693,73	1.026,89	1.636,56	853,03	1.107,93
2005	1.159,85	726,50	1.039,48	1.716,41	881,07	1.134,47
2006	1.209,15	749,42	1.089,54	1.837,31	914,64	1.184,92
2007	1.229,49	796,87	1.124,77	1.960,43	972,01	1.227,13
2007 Jan.-ago.	1.180,80	778,26	1.081,90	1.857,48	961,91	1.187,61
2008 Janeiro	1.186,45	816,29	1.103,08	1.941,62	962,24	1.223,44
Fevereiro	1.179,53	765,09	1.084,85	1.898,74	1.015,13	1.215,22
Março	1.174,95	762,14	1.082,67	1.916,27	1.034,93	1.229,63
Abril	1.187,45	773,03	1.093,24	1.894,90	1.031,77	1.228,74
Mai	1.173,31	793,15	1.085,61	1.909,96	1.030,03	1.223,58
Junho	1.171,01	804,68	1.084,25	1.907,62	1.009,61	1.217,58
Julho	1.212,91	823,11	1.120,38	1.955,24	1.046,34	1.246,36
Agosto	1.209,14	791,87	1.111,09	1.997,51	1.030,36	1.256,82
Jan.-ago./2008	1.186,85	791,17	1.095,65	1.927,73	1.020,05	1.230,17

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período fev.-dez.

VI. RENDIMENTOS

TABELA VI.5

Salário mínimo real
(Em R\$ de setembro de 2008)

Período	SMR
2002	128,00
2003	176,67
2004	206,60
2005	247,30
2006	300,51
2007	345,25
2007 Jan.-set.	340,92
2008 Janeiro	363,55
Fevereiro	365,30
Março	400,98
Abril	403,54
Maio	407,42
Junho	411,13
Julho	413,51
Agosto	414,38
Setembro	415,00
Jan.-set./2008	399,42

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

VII. INFORMALIDADE

TABELA VII.1

Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana (Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2002 ^a	23,9	22,0	19,9	20,9	21,9	18,1	21,2	n.d.	n.d.
2003	24,6	22,0	21,4	20,5	23,1	18,6	21,9	17,6	21,9
2004	23,9	21,2	22,2	20,7	24,4	19,0	22,5	17,8	22,2
2005	23,5	22,4	20,8	20,4	24,3	19,1	22,3	16,3	22,0
2006	23,6	22,8	20,4	19,6	23,2	18,9	21,6	14,9	21,2
2007	22,2	21,9	20,7	18,6	21,9	18,8	20,7	15,0	20,3
2007 Jan.-set.	22,7	21,9	20,8	18,6	22,1	18,8	20,8	14,4	20,4
2008 Janeiro	20,5	22,2	19,4	18,1	20,6	18,2	19,8	16,6	19,6
Fevereiro	20,0	21,5	19,5	18,3	19,6	18,4	19,3	16,7	19,1
Março	19,0	20,1	20,0	18,6	19,9	18,3	19,4	16,9	19,2
Abril	20,4	20,8	19,7	17,8	19,9	19,1	19,4	16,8	19,2
Maiο	20,0	21,4	19,5	17,9	20,4	19,0	19,6	17,2	19,5
Junho	19,2	21,7	19,3	17,8	20,7	18,8	19,6	17,4	19,5
Julho	20,8	22,7	19,3	18,5	21,2	18,3	20,1	17,0	19,9
Agosto	20,8	23,3	19,7	18,3	21,0	19,2	20,2	17,3	20,0
Setembro	20,6	22,6	20,9	19,1	20,5	18,2	20,1	n.d.	n.d.
Jan.-set./2008	20,1	21,8	19,7	18,3	20,4	18,6	19,7	17,0	19,5

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA VII.2

Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana (Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2002 ^a	22,6	22,3	19,5	22,4	16,4	19,5	19,4	n.d.	n.d.
2003	24,1	22,4	19,4	22,6	17,5	19,5	20,0	20,9	20,2
2004	24,2	24,5	19,0	23,3	17,9	18,7	20,3	19,5	20,2
2005	22,6	23,1	18,6	23,2	16,5	17,8	19,4	19,5	20,2
2006	22,0	22,5	18,2	23,1	16,1	18,7	19,1	19,5	20,2
2007	21,2	22,7	17,8	22,8	17,2	18,2	19,4	19,8	19,4
2007 Jan.-set.	20,9	22,6	17,7	23,0	17,1	18,3	19,4	20,0	19,4
2008 Janeiro	22,1	22,1	17,7	23,4	17,0	17,0	19,3	18,7	19,3
Fevereiro	22,1	22,6	17,5	22,5	16,8	17,3	19,1	18,1	19,0
Março	22,5	22,5	17,0	22,8	17,0	17,7	19,2	18,5	19,2
Abril	21,6	22,3	17,0	22,5	16,2	17,3	18,7	17,9	18,6
Maiο	22,0	21,9	16,6	22,2	16,5	17,6	18,7	18,3	18,7
Junho	23,9	21,5	16,4	22,5	16,7	17,1	18,9	18,0	18,8
Julho	23,2	21,0	16,3	22,2	16,3	16,6	18,5	18,3	18,5
Agosto	22,6	21,1	17,1	22,4	16,8	16,8	18,8	18,1	18,8
Setembro	22,9	20,7	16,2	22,0	16,7	17,2	18,6	n.d.	n.d.
Jan.-set./2008	22,5	21,7	16,9	22,5	16,7	17,2	18,9	18,2	18,9

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA VII.3

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2002 ^a	88,8	84,5	59,2	66,9	65,1	54,3	66,9	n.d.	n.d.
2003	84,7	96,6	62,0	59,9	73,6	51,3	68,4	47,6	67,0
2004	74,2	91,8	78,8	54,6	74,9	48,4	67,4	51,8	66,3
2005	79,8	83,5	71,3	50,0	63,1	51,4	59,5	46,1	58,6
2006	91,8	81,7	63,9	56,2	59,1	55,0	61,2	46,5	60,1
2007	81,2	86,3	54,8	53,5	51,3	52,6	54,0	37,5	52,8
2007 Jan.-ago.	79,6	79,7	54,4	49,6	49,7	49,4	51,6	34,2	50,4
2008 Janeiro	66,4	59,2	55,1	53,9	37,0	47,9	45,3	27,4	44,0
Fevereiro	75,3	71,9	43,5	53,3	56,9	39,2	54,2	47,3	53,7
Março	64,2	52,7	53,0	54,9	52,4	59,9	54,2	30,6	52,4
Abril	71,7	55,7	53,5	48,1	57,5	40,5	53,6	33,5	52,1
Mai	70,4	69,7	53,0	28,0	55,2	40,7	47,9	42,3	47,5
Junho	87,6	79,9	51,7	22,4	51,0	39,4	45,5	46,0	45,6
Julho	66,8	79,7	37,9	33,7	50,5	54,0	47,4	46,8	47,3
Agosto	59,8	96,8	43,2	40,1	55,6	51,5	52,7	n.d.	n.d.
Jan.-ago./2008	70,3	70,7	48,9	41,8	52,0	46,6	50,1	39,1	48,9

Fontes: PME/IBGE e PME/lpades.

^a Média referente ao período fev.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA VII.4

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2002 ^a	40,9	44,6	9,4	19,7	12,1	3,3	20,4	n.d.	n.d.
2003	62,5	63,7	18,4	35,3	34,8	8,3	37,7	8,9	35,5
2004	49,9	57,4	19,6	29,7	34,8	13,7	36,1	10,5	34,3
2005	42,3	54,2	19,4	25,0	29,5	11,4	31,6	-0,6	29,1
2006	54,3	58,1	13,8	27,7	31,4	1,6	32,1	-3,1	29,2
2007	44,8	61,3	12,9	22,0	24,8	5,0	26,4	0,8	24,4
2007 Jan.-ago.	37,8	57,1	10,6	16,4	22,4	0,6	22,4	-2,4	20,5
2008 Janeiro	31,3	49,4	8,6	18,0	20,9	9,1	23,3	2,9	21,7
Fevereiro	42,3	61,7	5,7	2,0	15,8	9,6	16,2	4,1	15,3
Março	26,9	51,1	4,5	-6,7	21,5	5,1	13,5	-2,5	12,3
Abril	30,1	63,3	6,3	0,4	16,6	5,3	15,1	-6,4	13,4
Mai	46,7	50,7	7,8	-5,5	20,6	-2,3	13,9	2,2	13,1
Junho	52,1	58,1	2,8	10,1	12,8	-2,1	16,0	6,9	15,3
Julho	41,6	57,3	10,0	14,1	10,8	-2,7	15,9	5,9	15,2
Agosto	39,0	69,4	6,8	22,2	7,6	1,3	17,4	n.d.	n.d.
Jan.-ago./2008	38,7	57,6	6,6	6,8	15,8	2,9	16,4	1,9	15,2

Fontes: PME/IBGE e PME/lpades.

^a Média referente ao período fev.-dez.

n.d. = não-disponível.

